



OFICINA REGIONAL
SUDESTE

FORTALECIMENTO DA REDE BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA: FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DO SUS

RELATÓRIO FINAL

OFICINA REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE JUNHO DE 2024, NA ESCOLA DE SAÚDE
PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ESP-MG)



Realização:



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Apoio:



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DO ESTADO
EFICIENTE

Coordenação Geral

Márcia Fausto (RedeEscola/ENSP/FIOCRUZ)

Coordenação Local

Patrícia de Oliveira (ESP/MG)

Comissão Organizadora

Secretária Técnica Executiva da RedEscola

Cristiane Saade Rocco

Edjane Alves

Francisco Gaston Salazar Munoz

Lucas Manoel da Silva Cabral

Rosangela Costa Carvalho

Yansy Aurora Delgado Orrillo

Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP

Adriana de Cássia Barbosa

Amanda Nathale Soares

Danilo Paulo da Sila

Juliana Fonseca de Oliveira Mesquita

Thais Lacerda e Silva

Palestrantes

Amana Santana de Jesus (SGTES/MS)

Amanda Nathale Soares (ESP/MG)

Daniel Augusto Fernandes (ESP/MG)

Fabiano Ribeiro dos Santos (ICEPi/ES)

Gideon Bordes do Santos (ENSP/Fiocruz)

Lívia Milena Barbosa de Deus e Mélo (SGTES/MS)

Luiz Albérico Araújo Montenegro (ISC/UFF)

Patrícia Araújo Soares (EMS/SP)

Priscila de Paula Marques (DEPS/SMS Campinas)

Raphael Augusto Teixeira de Aguiar (NESCON/FM/UFGM)

Mediadoras

Giselle Bianca Tófoli (ESP/MG)

Márcia Fausto (RedeEscola/ENSP/FIOCRUZ)

Patrícia de Oliveira (ESP/MG)

Coordenadora dos Grupos de Discussão

Márcia Fausto (RedeEscola/ENSP/FIOCRUZ)

Reladoras/es

Amanda Nathale Soares (ESP-MG)

Danilo Paulo da Silva (ESP/MG)

Juliana Fonseca de Oliveira Mesquita (ESP/MG)

Priscila Rayane Lopes Moraes (ESP/MG)

Rodrigo Martins da Costa Machado (ESP/MG)

Thais Lacerda e Silva (ESP/MG)

F74

Fortalecimento da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública: formação e qualificação de trabalhadores do SUS – Relatório final da Oficina Regional Sudeste / Yansy Aurora Delgado Orrillo; Lucas Manoel da Silva Cabral; Patrícia de Oliveira; Márcia Cristina Rodrigues Fausto. – Belo Horizonte: RedEscola, 2024.

60 p. : il.

ISBN 978-65-01-95499-8

1. Educação Permanente em Saúde. 2. Sistema Único de Saúde (SUS). 3. Gestão do Trabalho em Saúde. 4. Equidade em Saúde. 5. Controle Social em Saúde. I. Orrillo, Yansy Aurora Delgado. II. Cabral, Lucas Manoel da Silva. III. Oliveira, Patrícia de. IV. Fausto, Márcia Cristina Rodrigues.

CDD 362.1068



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. 25/06/2024 – PERÍODO DA MANHÃ.....	10
1.1 CERIMÔNIA DE ABERTURA – COMEMORAÇÃO DOS 78 ANOS DA ESP-MG.....	10
1.2 EIXO TEMÁTICO: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO EM SAÚDE.....	11
1.2.1 Articulação de Redes de Educação Permanente e Formação em Saúde: em defesa do SUS.....	11
1.3 EIXO TEMÁTICO: PROMOÇÃO DA EQUIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUS.....	16
1.3.1 Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização dos Trabalhadores no Sistema Único de Saúde.....	16
PLENÁRIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 2024: PERÍODO DA MANHÃ.....	21
2. 25/06/2024 – PERÍODO DA TARDE.....	27
2.1 EIXO TEMÁTICO: PROMOÇÃO DA EQUIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUS.....	27
2.1.1 Equidade LGBT e formação docente: “o avesso do mesmo lugar”.....	27
2.1.2 Fortalecimento do Controle Social, por meio do desenvolvimento de ações educacionais para membros dos Conselhos de Saúde no SUS, em Minas Gerais.....	29
PLENÁRIA DO EIXO TEMÁTICO: PROMOÇÃO DA EQUIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUS.....	30
2.2 EIXO TEMÁTICO: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO EM SAÚDE.....	31
2.2.1 Grupo de Discussão 1 – Formação em saúde e cenários de prática.....	31
2.2.2 Grupo de Discussão 2 – Gestão do trabalho e Educação Permanente em Saúde	34

3. EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO.....	39
3.1 SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE EM EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DA ESP-MG.....	39
3.2 PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE.....	41
3.3 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE.....	43
3.4 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA – MODALIDADE EAD.....	47
3.5 POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E A DESCENTRALIZAÇÃO NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DISTRITAIS (NEPS).....	48
3.6 ESTAÇÃO DE PESQUISA DE SINAIS DO MERCADO DE TRABALHO E A REDE OBSERVATÓRIO DE RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE (RORHES).....	49
4. REUNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REDESCOLA DA REGIÃO SUDESTE ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO EM REDE E PROPOSIÇÕES.....	52
4.1 ENCAMINHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DA REDE A PARTIR DA OFICINA SUDESTE.....	52
ANEXO 1 – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA REGIONAL SUDESTE – REDESCOLA.....	55
ANEXO 2 – REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....	57

APRESENTAÇÃO

A Oficina Regional Sudeste – RedEscola foi realizada nos dias 25 e 26 de junho de 2024, na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), situada em Belo Horizonte/ Minas Gerais. A Oficina foi a primeira do conjunto de cinco que serão realizadas nas distintas regiões do país, como parte das atividades propostas pelo Projeto “Fortalecimento da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública: formação e qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde” (SGTES/DEGES/MS). O evento também celebrou os 78 anos da ESP-MG, instituição histórica e de referência no processo de constituição e de consolidação do SUS.

A Oficina teve como objetivos compartilhar experiências de formação e de educação permanente em saúde entre instituições de ensino da região Sudeste do país, integrantes da RedEscola, e aprofundar o debate em torno das políticas públicas de gestão da educação e do trabalho em saúde e de promoção da equidade e do fortalecimento do controle social. Tais temáticas são caras ao campo da Saúde Coletiva e estão na pauta das discussões preparatórias para a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.

No eixo temático de promoção da equidade e de fortalecimento do controle social no SUS, a Oficina contou com a palestra da Amana Santana de Jesus, Assessora do Gabinete da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, sobre o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras no SUS. Em seguida, foram apresentadas duas experiências de formação: uma sobre equidade LGBT e formação docente, pelo Prof. Luiz Montenegro, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e outra sobre o fortalecimento do controle social por meio do desenvolvimento de ações educacionais, por Daniel Fernandes, trabalhador da ESP-MG. No eixo temático sobre as políticas de gestão da educação e do trabalho em saúde, Livia Milena Barbosa de Deus e Mélo, Diretora do Departamento de Gestão da Educação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, realizou uma palestra sobre os desafios atuais do campo e sobre as iniciativas da SGTES/MS. Em um segundo momento, com a intenção de aprofundar o debate em torno dos desafios da gestão da educação e do trabalho em saúde vivenciados pelas instituições formadoras participantes da Oficina, foram conduzidos dois grupos de trabalho: um com enfoque na formação em saúde e nos cenários de práticas e o outro com enfoque nos desafios da gestão do trabalho e da educação permanente em saúde.

Além disso, com o intuito de compartilhar e discutir experiências de formação de instituições da região Sudeste, foram apresentadas experiências das seguintes instituições: ESP-MG, Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde, Escola Municipal de Saúde de São Paulo, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Departamento de Ensino,



Pesquisa e Saúde Digital de Campinas e Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais.

A Oficina Regional Sudeste – RedEscola contou com a participação de 107 pessoas, sendo 81 participantes de municípios do estado de Minas Gerais e 26 de outros estados, entre os quais Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia, Tocantins, Paraná, Rio Grande do Norte, Piauí e Distrito Federal. No anexo 1, está disponível a programação do evento.



25/06/2024
1º DIA DA OFICINA

1. 25/06/2024 – PERÍODO DA MANHÃ

1.1 CERIMÔNIA DE ABERTURA – COMEMORAÇÃO DOS 78 ANOS DA ESP-MG

A cerimônia de abertura contou com a participação da Diretora Geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), Mara Guarino Tanure; da Coordenadora da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola), Márcia Fausto; da Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), Marina Queirós Cury; e da Diretora do Departamento de Gestão da Educação, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), Livia Milena Barbosa de Deus e Mélo.

Mara Tanure iniciou sua fala agradecendo às convidadas da mesa de abertura pela presença e a todas/os as/os participantes da Oficina. Destacou o prazer de receber a Oficina Regional Sudeste da RedEscola na ESP-MG e a satisfação em unir este momento de reflexão e de integração entre diversas instituições que desenvolvem a formação em saúde às comemorações dos 78 anos da ESP-MG. Ressaltou que as trocas, a construção coletiva e o compartilhamento são a essência do trabalho desenvolvido na Escola. Mara finalizou sua fala agradecendo à Márcia Fausto e à equipe da RedEscola pela parceria para a realização do evento e também às equipes da ESP-MG, que contribuíram com a organização da Oficina e que trabalham para que uma formação de qualidade chegue aos 853 municípios mineiros.

Na sequência, **Márcia Fausto** também agradeceu a todas/os presentes e destacou a alegria em realizar a Oficina Regional Sudeste da RedEscola junto à ESP-MG, que está comemorando 78 anos de existência. Agradeceu à Mara Tanure e à Patrícia de Oliveira, ambas da ESP-MG, e, também, aos participantes que compõem as instituições da RedEscola na região Sudeste. Márcia ressaltou sua alegria em estar juntamente à Mara e à Patrícia compartilhando ideias e pensamentos em torno da Saúde Coletiva em prol do Sistema Único de Saúde e colocou que a proposta é pensar a educação no serviço, para o serviço e com o serviço. Márcia destacou que, por isso, é muito importante realizar esta Oficina dentro de uma Escola que desde sempre compõe a RedEscola. Márcia explicitou os agradecimentos às equipes da ESP-MG e da RedEscola, que se esforçaram imensamente para a realização do evento, e esclareceu que a Oficina da região Sudeste é parte de um projeto maior denominado de “Fortalecimento da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública: formação e qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde”, apoiado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde. Márcia complementou que a proposta é unir as várias instituições formadoras para pensar como está sendo desenvolvido o trabalho

e para construir um projeto comum para fortalecimento das Escolas de Saúde Pública de todo o Brasil. Ressaltou, ainda, que a Rede é diversa e que é nessa diversidade que estão construindo ideias e caminhos para fortalecer as Escolas de Saúde Pública e qualificar as ações de saúde desenvolvidas no SUS. Márcia finalizou sua fala reiterando os agradecimentos e desejando que os dois dias de Oficina possibilitem construir contribuições para a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.

Marina Cury iniciou sua fala destacando a alegria em compor uma mesa só com mulheres. Colocou também a sua alegria em representar a SES-MG na Oficina e na comemoração dos 78 anos da ESP-MG. Marina destacou que os resultados da ESP-MG vêm mostrando o fortalecimento da educação no estado e que a ideia é chegar, cada vez mais, nos 853 municípios. Explicitou, ainda, que o tema da educação na saúde não poderia estar mais em foco com a publicação dos Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e com as conferências municipais, estaduais e federal sobre o tema. Marina ressaltou que Minas Gerais foi o primeiro estado a elaborar o Plano e que considera o momento atual muito importante para planejamento das ações a serem desenvolvidas nos próximos anos sobre a temática. Finalizou sua fala destacando que conta com o apoio da ESP-MG e de todos os atores que participam da construção coletiva do SUS.

Lívia Mélo iniciou sua fala agradecendo pelo convite da ESP-MG e saudando Minas Gerais pelo pioneirismo de 78 anos atrás, quando da criação da ESP-MG, cujos processos educativos passam pela construção do SUS. Colocou que a Secretária de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, Isabela Pinto, e a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, têm um grande compromisso com o SUS e com o processo de formação crítico, baseado na ciência, que transforma e que se faz necessário. Afirmou que as agendas do trabalho e da educação precisam caminhar juntas para fortalecerem trabalhadoras e trabalhadores para um trabalho democrático, digno e decente. Lívia reforçou a importância de um SUS forte, com trabalhadores bem qualificados em uma perspectiva crítica, e do uso da ciência para a transformação da vida das pessoas e da realidade do país. Para finalizar, saudou a presença do controle social e do COSEMS e reforçou o seu prazer em reconstruir a RedEscola com todas/os.

1.2 EIXO TEMÁTICO: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO EM SAÚDE

1.2.1 Articulação de Redes de Educação Permanente e Formação em Saúde: em defesa do SUS

Palestrante: Lívia Milena Barbosa de Deus e Mélo – Diretora do Departamento de Gestão da Educação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

Lívia Mélo iniciou sua palestra se apresentando como professora do bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Pernambuco, com 10 anos de trajetória no SUS estadual e municipal. Atualmente, está cedida da Universidade para a Secretaria de Gestão

do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e está à frente do Departamento de Gestão da Educação. Destacou que a sua trajetória dá sentido à sua presença ali e que fica feliz em poder conversar sobre os 20 anos da SGTES e sobre os desafios atuais.

Inicialmente, a Lívia mostrou como está atualmente estruturada a SGTES, com o Departamento de Gestão da Educação na Saúde e o Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde, bem como as suas respectivas Coordenações Gerais. O Departamento de Gestão da Educação na Saúde possui três Coordenações Gerais, a de Integração Ensino-serviço-comunidade, a de Residências em Saúde e a de Ações Estratégicas de Educação na Saúde. O Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde é composto por quatro Coordenações Gerais, a de Regulação e Relações de Trabalho na Saúde, a de Gestão e Valorização do Trabalho em Saúde, a de Planejamento da Força de Trabalho na Saúde e a de Políticas Remuneratórias do Trabalho na Saúde.

A SGTES, segundo a Lívia, traçou a missão, há um ano e seis meses, de se tornar um espaço democrático e de reverberar um processo de educação e de trabalho nessa perspectiva. Portanto, no âmbito da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, a proposta é construir uma agenda que conduza a um trabalho decente, digno, seguro, humanizado, equânime e democrático, no âmbito do SUS; ou seja, uma agenda que dê conta de pensar vínculos de trabalho, processos de trabalho, relações no ambiente de trabalho e condições adequadas para que o trabalho aconteça da melhor forma para uma produção de saúde de qualidade.

Para isso, há ainda muitos desafios, entre os quais a Lívia destacou:

- ♦ Precarização do trabalho na saúde, com destaque, por exemplo, para a importante revolução tecnológica decorrente dos processos pós-pandemia
- ♦ Necessidade de reestruturação da agenda da classe trabalhadora brasileira
- ♦ Heterogeneidade da força de trabalho no SUS, considerando:
 - o Diferentes modelos de gestão (Ex.: modalidades e vínculos diversos de gestão convivendo no mesmo ambiente de trabalho)
 - o Fixação e interiorização da categoria médica, a exemplo de algumas especialidades, como o patologista, e também de outras categorias profissionais, como a terapia ocupacional
 - o Rotatividade dos postos de trabalho
 - o Desigualdade na distribuição dos profissionais
 - o Particularidades territoriais, a exemplo do trabalho de atenção à saúde indígena
 - o Fragmentação da carreira
- ♦ Transformação do mundo do trabalho, considerando:
 - o Novas tecnologias e telemedicina
 - o Potencial de transformação nas ocupações em saúde, exigindo formação interdisciplinar, inclusive para capacitar profissionais de outras áreas para atuação na saúde. Lívia citou o exemplo da Ministra da Saúde, que é socióloga, para dizer do desafio da interdisciplinaridade e da sua importância sobretudo diante da complexidade do fazer em saúde.
 - o Saúde e Segurança dos Trabalhadores, com destaque para a realidade de um mundo do trabalho muito adoecido, no contexto pós-pandemia.

- ♦ Financiamento
 - o Dimensionamento das necessidades e impacto orçamentário-financeiro e suas relações com o subfinanciamento estrutural.
- ♦ Limites fiscais
 - o Lei de Responsabilidade Fiscal, arcabouço fiscal e pressão permanente para desvincular os recursos da saúde
- ♦ Garantia da dignidade no trabalho, promovendo o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- ♦ Combate a todas as formas de assédio, discriminação e violências relacionadas ao trabalho
- ♦ Inclusão, na agenda dos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, da pauta das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde, incluindo aqueles que são vulnerabilizados e invisibilizados
- ♦ Defesa a pautas estratégicas: saúde e segurança do trabalhador; planejamento e dimensionamento da força de trabalho; carreiras no SUS; regulação do trabalho, dentre outras

No âmbito da Política de Gestão da Educação na Saúde, Lívia destacou que a missão da SGTES, necessariamente, precisa de transversalizar a área da atenção e da vigilância. Resaltou que, muitas vezes, se coloca a Gestão do Trabalho como “área meio” e questionou: será? Será que não é fim, por que é o trabalhador que faz o SUS acontecer? Com o objetivo de promover uma atenção em saúde humanizada, digna, equânime e segura, segundo Lívia, a Gestão da Educação na Saúde deve envolver e articular ensino, serviço/trabalho e comunidade, mas também se preocupar com o campo da regulação. Sobre a regulação do ensino, Lívia esclareceu que quem a opera é o Ministério da Educação e as secretarias estaduais de educação e, na sequência, colocou a questão: mas qual é o papel do SUS quando se diz na Constituição Federal que lhe cabe ser o ordenador? Ser ordenador não é sinônimo de ser regulador. O que isso significa? Como fazer isso juntos? Segundo Lívia, são questões importantes para que o SUS influencie na agenda da regulação. Sobre a articulação entre ensino, serviço e comunidade, Lívia destacou que o “serviço” é feito por trabalhadores e que as relações que ocorrem nessa articulação são com trabalhadores. Por isso, é necessário falar sobre “ensino, trabalho e comunidade”.

Em relação aos desafios atuais no âmbito da educação e da formação em saúde, Lívia destacou as seguintes questões:

- ♦ Ensino
 - o Oferta de processos formativos (técnico, graduação e pós-graduação) articulados com as necessidades do SUS, do contexto social e do mundo do trabalho. Sobre isso, Lívia destacou a questão: que formação técnica temos hoje no país? Na sequência, informou que 80% da formação de nível técnico do Brasil acontece no setor privado da educação, mas que o campo de trabalho dos técnicos é majoritariamente (80%) no setor público. Ou seja, o setor privado está formando técnicos para o setor público. Em relação à oferta de graduação e pós-graduação, Lívia

- ênfatiou que tem acontecido um processo de transformação da formação, mas muito direcionada à graduação.
- o Articulação dos processos educacionais com metodologias ativas e inovadoras, tendo o trabalho como princípio educativo. Segundo Livia, as instituições formadoras foram inovando suas metodologias e foi crescendo a ideia de que o melhor lugar de aprendizado é o trabalho. Sobre isso, destacou o PET como uma estratégia para induzir a educação pelo trabalho e colocou que, para além de metodologias ativas e inovadoras, é necessário falar sobre o trabalho como princípio educativo. Quando se tem um estudante na rede de saúde, que relações de trabalho ele encontra na unidade de saúde? São relações de trabalho saudáveis? São relações de opressão de gênero e de racismo, por exemplo? Livia reiterou a importância do trabalho como princípio educativo e destacou que a metodologia ativa deve permitir uma reflexão sobre as contradições e uma construção de planos de intervenção para transformação do sujeito em formação.
 - o Fortalecer a interprofissionalidade e a interdisciplinaridade.
 - o SUS como Escola através de estratégias que integrem ensino-serviço-comunidade.
- ♦ Regulação
- o Novas diretrizes para a regulação dos campos de prática para o ensino em saúde (COAPES e a relação público-privada). Sobre esse ponto, a Livia colocou a questão: quem é esse trabalhador que está recebendo os estudantes durante a formação? É um trabalhador-educador? Que tipo de educador? Que figura é essa? Livia também destacou que a relação público-privado se sobrepõe na contratualização dos campos de prática e que, por isso, é preciso cuidar da questão.
 - o Regulação de cursos de graduação e técnicos ofertados na modalidade EAD. Sobre isso, Livia colocou que a pauta tem sido uma luta do controle social, mas que a SGTES também está nessa agenda junto ao MEC. Destacou, ainda, que não há uma oposição total ao ensino à distância, mas que há limites importantes que precisam ser considerados.
 - o Equidade de acesso (regional e racial) e Equidade na formação. Sobre a questão, Livia destacou a importância de se avançar nas cotas raciais e regionais e esclareceu que isso é um fator de fixação e de provimento. Quando se garante um acesso regional do estudante do interior, por exemplo, é mais fácil que ele permaneça.
- ♦ Serviço/Trabalho
- o Resgatar a Educação Permanente em Saúde como eixo estruturante da Gestão do SUS. Livia destacou que reorientar modelo de atenção e de gestão envolve, também, a Educação Permanente em Saúde.
 - o Ampliar a discussão da Educação Permanente em Saúde nos espaços de gestão, atenção e controle social.
 - o Aprendizagem significativa como prática cotidiana dos trabalhadores e dos estudantes.
 - o Fortalecer o protagonismo do Preceptor/Trabalhador do SUS.

- ♦ Comunidade

- o Quem forma quem: reorientar o lugar da comunidade/movimentos sociais na formação em saúde. Sobre isso, Livia colocou que, em geral, no cotidiano do processo de trabalho, conta-se pouco com o usuário como alguém para contribuir com a reflexão sobre o trabalho daquele serviço. Segundo ela, no âmbito do SUS, há um desafio de se compreender a comunidade como educadora.
- o Quem cuida de quem: reorientar o lugar do “usuário” do SUS. Segundo a Livia, a palavra “usuário” não ajuda a reorientar o seu lugar no SUS, porque “é só quem usa”. Devem-se considerar os “usuários” como sujeitos de direitos que também qualificam a reflexão de ser sujeito do outro que está em formação.
- o Articulação, fortalecimento e ampliação da Educação Popular em Saúde para uma leitura crítica da realidade e para ampliação do controle social e da participação social em saúde
- o Enfrentamento das iniquidades de gênero, étnico-racial e de classe na formação e no trabalho em saúde.

Na sequência, a Livia colocou que há um desafio de integração entre a gestão do trabalho e a gestão da educação na saúde. Sobre isso, destacou que, em 2023, foram realizadas oficinas regionais no país para construir um planejamento ascendente e avançarem para o programa ValorizaGTES, agregando diversos atores do campo do trabalho e da educação na saúde, no âmbito nacional, estadual e municipal. Ressaltou também o avanço com o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Etnia na Valorização das Trabalhadoras do SUS, destacando que 75% da força de trabalho do SUS é feminina e que há uma diversidade racial e étnica. Por isso, é necessário colocar esta pauta na agenda. Livia colocou, ainda, que o referido Programa tem orientado, transversalmente, as ações da SGTES. Segundo ela, muito se avançou na universalidade e na integralidade, mas é necessário reafirmar o princípio da equidade cada vez mais. Livia colocou também que a SGTES está em agenda intensa de retomada de programas, políticas e concepções que guiam avanços importantes, a exemplo da construção da Rede Colaborativa, das Mesas de Negociação do SUS, do Planejamento e do Dimensionamento da Força de Trabalho em Saúde, das Políticas Remuneratórias do Trabalho na Saúde, do Viver SUS (programa de vivências), do Programa Mais Saúde com Agente, entre outras iniciativas. Adicionalmente, Livia destacou que também é agenda da SGTES a 4ª Conferência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, com a temática “Democracia, Trabalho e Educação na Saúde para o Desenvolvimento: Gente que faz o SUS acontecer”.

Para finalizar sua fala, Livia trouxe uma frase de Paulo Freire: “Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenho para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

1.3 EIXO TEMÁTICO: PROMOÇÃO DA EQUIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUS

1.3.1 *Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização dos Trabalhadores no Sistema Único de Saúde*

Palestrante: Amana Santana de Jesus – Assessoria do Gabinete da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

Mediadora: Patrícia de Oliveira – Superintendente de Educação e Pesquisa em Saúde da ESP-MG

Inicialmente, Patrícia de Oliveira destacou o desafio e a satisfação de organizar o evento junto à RedEscola e agradeceu pela presença das representantes do Conselho Estadual de Saúde, do COSEMS-MG e da OPAS e, também, das palestrantes e das/os colegas da RedEscola. Na sequência, Patrícia convidou Amana de Jesus para a sua fala, apresentando, brevemente, sua trajetória como sanitarista, com Graduação em Saúde Coletiva, especialista em Planejamento e Gestão em Saúde, mestra em Saúde Comunitária e doutoranda em Saúde Pública. Amana possui experiência na Atenção Primária à Saúde, na Vigilância em Saúde e no Planejamento do SUS.

Amana de Jesus iniciou fazendo sua autodescrição e, na sequência, agradeceu pelo convite e manifestou sua alegria em estar na comemoração dos 78 anos da ESP-MG e neste evento junto à RedEscola, com importantes instituições que atuam na produção de conhecimento e na qualificação da força de trabalho para o SUS.

Amana destacou a importância da abordagem da temática da equidade no âmbito da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e iniciou sua palestra sobre o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras do SUS, destacando que se trata de uma agenda prioritária do governo. Segundo Amana, o Programa foi instituído ainda em março de 2023 como uma aposta para enfrentamento das iniquidades no âmbito do trabalho, colocando o trabalhador e a trabalhadora na centralidade do processo de garantia de direito para a saúde.

Amana explicitou que a equidade é um dos fundamentos éticos do SUS, um dos princípios fundantes do SUS. Nesse contexto, cabe ao governo-estado formular políticas para enfrentamento das iniquidades em saúde, considerando a diversidade da população em termos de raça, gênero, religião, classe social. Segundo Amana, é necessário institucionalizar esse tipo de política.

Amana, por meio de uma imagem que sinaliza os obstáculos para um homem branco e para uma mulher negra alcançarem uma mesma “linha de chegada”, explicitou os vários obstáculos e desafios adicionais existentes para a mulher negra fazer o mesmo trajeto que o homem branco. Comentando sobre isso, Amana abordou o conceito de interseccionalidade, uma proposta teórico-metodológica da jurista Kimberlé Crenshaw, que convoca a identificar as pessoas a partir da sua identidade, a partir da sua experiência, e a compreender que cada marcador se acumula para o sistema de opressão ou para o sistema de privilégio. Amana destacou que, quando se fala de um trabalhador ou de uma trabalhadora, não se fala de um trabalhador neutro, mas de uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras



de saúde. É nesse contexto que o Programa Nacional de Equidade visa a construir estratégias de enfrentamento, por dentro do SUS, às questões que interferem negativamente nos processos de trabalho e que causam sofrimento nas trabalhadoras e nos trabalhadores de saúde. Amana reiterou que é momento para institucionalizar políticas públicas nessa direção e que a atual gestão federal tem assim realizado, por meio da transversalização da equidade no Ministério da Saúde.

Amana apresentou alguns dados sobre o mundo do trabalho, mas destacou que não se trata de dados de dentro do SUS, porque ainda é um desafio ter o perfil étnico-racial dos trabalhadores e das trabalhadoras do SUS. Um primeiro dado apresentado referiu-se à disparidade salarial vinculada apenas à questão de gênero, destacando uma diferença de 24% de salário entre homens e mulheres. Outro dado mostrou a desigualdade racial no mundo do trabalho, considerando que 56% dos negros estão em desvantagem no mercado de trabalho e em condições mais precárias, com piores indicadores de renda, moradia, escolaridade, acesso a bens e serviços e com maior sujeição à violência e à baixa representação em espaços de liderança e de parlamento. Amana apresentou também dados sobre a população indígena no mundo do trabalho, colocando que 28,6% dos indígenas diminuíram de renda e que a participação no mercado de trabalho reduziu 14,1% em 2020. Também foi apresentado um dado que mostra que 38% das empresas brasileiras têm restrições para contratar pessoas LGBTQIAPN+. Sobre isso, Amana destacou a importância de se observar quem ocupa os diferentes espaços de gestão, de decisão, de formação, de oportunidade. Exemplificou que ela mesma é resultado das políticas afirmativas, desde a graduação.

Continuando na apresentação de dados sobre o mundo do trabalho, Amana colocou que, no SUS, há mais de três milhões de trabalhadores em exercício, entre os quais 75% são mulheres. Por isso, quando se fala de SUS é necessário falar de trabalhadoras do SUS e não somente isso. Segundo Amana, é necessário considerar essa realidade no processo de gestão do trabalho, de proteção social, de educação. Para finalizar a apresentação dos dados, Amana trouxe informações sobre violência e assédio contra mulheres no trabalho, não especificamente no trabalho em saúde. Cerca de 76% das mulheres entrevistadas em uma pesquisa realizada em 2020 reconhecem já terem sofrido um ou mais episódios de violência e assédio no trabalho e 92% concordam que mulheres sofrem mais situações de constrangimento e assédio no ambiente de trabalho que os homens. Amana explicitou que há, portanto, um desafio institucional dentro do SUS quando se fala da força de trabalho feminina. Por exemplo, existem canais de acolhimento da trabalhadora dentro do SUS?

Retomando agora a questão do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização dos Trabalhadores no SUS, Amana destacou que foi instituído pela Portaria GM/MS nº 230, de 7 de março de 2023, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. A proposta do Programa é desenvolver ações para pautar, de forma significativa, a interculturalidade e a equidade no âmbito do trabalho e da educação na saúde, visando à criação e à ampliação das condições necessárias ao exercício da equidade de gênero, raça e etnia, bem como à valorização das trabalhadoras do SUS; e construir estratégias de enfrentamento, por dentro do SUS, às questões que interferem negativamente nos processos de trabalho e que causam sofrimento para trabalhadoras/es, como já colocado anteriormente.

Na Portaria GM/MS nº 230, são objetivos do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização dos Trabalhadores no SUS:

- ♦ Promover a equidade de gênero, raça e etnia no SUS, buscando modificar as estruturas machista e racista que operam na divisão do trabalho na saúde
- ♦ Enfrentar as diversas formas de violências relacionadas ao trabalho na saúde
- ♦ Acolher as trabalhadoras da saúde no processo de maternagem
- ♦ Promover o acolhimento das mulheres considerando seu ciclo de vida, no âmbito do trabalho na saúde
- ♦ Garantir ações de promoção e de reabilitação relacionadas à saúde mental, considerando as especificidades de gênero, raça, etnia
- ♦ Promover a formação e a educação permanente na saúde, considerando as interseccionalidades no trabalho na saúde

Amana explicitou que o Programa Nacional de Equidade foi o elo das estruturas de equidade que o Ministério da Saúde instituiu e destacou que todas as secretarias do Ministério têm hoje uma assessoria de equidade. No âmbito da SGTES, há um GT institucional com a representação de todas as secretarias, as quais participaram do movimento de construção do Programa, para que se tenha uma atuação mais integrada e mais coletiva.

Na sequência, Amana apresentou um detalhamento sobre o caminho já percorrido no âmbito do Programa Nacional de Equidade, que completou um ano em março de 2024. Segundo Amana, entre outras atividades, foram realizadas oficinas regionais de julho a outubro de 2023 para, coletivamente, identificar problemas e elaborar propostas baseadas na realidade do território. Participaram das oficinas, ao todo, 710 atores e atrizes de diferentes movimentos e instituições. As oficinas permitiram o fortalecimento do diálogo entre representantes dos movimentos sociais, docentes de universidades estaduais e federais, trabalhadoras/es e gestoras/es do SUS; a realização de diagnósticos sobre as iniquidades no trabalho e saúde nos estados; a caracterização da força de trabalho no SUS; e a reflexão e a elaboração de proposições e de estratégias de enfrentamento de problemas e de desafios no âmbito da gestão do trabalho e educação na saúde dos estados. Amana colocou, ainda, que outra frente desenvolvida foi o financiamento de projetos para capilarizar o Programa no território e, para isso, foram abertos editais de seleção considerando movimentos sociais, secretarias estaduais e municipais, escolas de saúde do SUS e universidades. Ao todo, foram selecionados 24 projetos, com um investimento total de mais de 11 milhões de reais. Sobre o financiamento, Amana colocou o desafio de se obter recursos para o Programa, porque não havia previsão no orçamento.

Amana citou que, após um ano do Programa, em março de 2024, foi realizado o Encontro Nacional de Equidade no âmbito da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, durante o qual estados e territórios puderam apresentar as iniciativas disparadas a partir das oficinas realizadas em 2023. Segundo Amana, o Encontro também permitiu:

- ♦ Promover a intensificação dos diálogos entre as pessoas que representam os diferentes segmentos (movimentos sociais, universidades, secretarias estaduais, COSEMS, etc.) nos Estados e Distrito Federal, bem como fomentar as trocas entre os diferentes estados e regiões

- ♦ Propor a implantação dos Comitês Estaduais de Equidade no âmbito do Trabalho no SUS. Sobre isso, Amana destacou que a proposta dos Comitês surgiu como uma demanda nas oficinas regionais para se constituir um espaço institucional que permita pensar e elaborar propostas sobre como implementar o Programa. Para isso, a SGTES elaborou uma minuta de orientação técnica para a conformação dos Comitês Estaduais, considerando que o Ministério da Saúde não tem autonomia para instituí-los nos territórios. Coletivamente, durante o Encontro, foi finalizado o documento de orientação técnica, que, posteriormente, foi publicado.
- ♦ Fomentar o planejamento e a execução de novas estratégias e ações para o ano de 2024

Dando continuidade à sua palestra, Amana comentou sobre o projeto “Trilha da Equidade no SUS”, vinculado ao Programa Nacional de Equidade, que será iniciado em julho de 2024, em Alagoas. Trata-se de uma proposta de letramento racial e étnico para trabalhadores e trabalhadoras do SUS. Amana apresentou também informações sobre o PET-Saúde: Equidade, que agregou outros cursos para além da saúde e também agregou a sociedade civil. A proposta é fortalecer o processo de integração ensino-serviço-comunidade, de forma articulada entre o SUS, as Instituições de Ensino Superior (IES) e a comunidade, e contribuir com a formação de profissionais para a valorização das trabalhadoras e das futuras trabalhadoras no âmbito do SUS, considerando abordagens de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e pessoas com deficiências. Amana ressaltou que se trata da maior edição do PET-Saúde, com 150 projetos aprovados e 9.300 bolsas disponibilizadas.

Amana apresentou também o aplicativo Equidade SUS, lançado em outubro de 2023, por meio de uma Parceria com a Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI). Foi produzido como uma ferramenta para que trabalhadoras e trabalhadores pudessem ter acesso a um canal com conteúdo e fluxos sobre o tema. A proposta é também coletar informações sobre o perfil das/os trabalhadoras/es, por meio dos dados informados no ato de registro no aplicativo. Atualmente, o aplicativo está em processo de atualização/revisão, a partir de dicas e de sugestões recebidas. Outra iniciativa apresentada pela Amana foi a curadoria de cursos de formação/qualificação sobre a temática de Equidade, disponíveis no Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) e em demais plataformas EaD e ofertados às/aos trabalhadoras/es do SUS. Trata-se de uma resposta à questão identificada nas oficinas regionais sobre a lacuna/pouca oferta de cursos sobre temas da Equidade destinados a trabalhadoras/es do SUS. As temáticas abordadas nos cursos são: Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI); Gênero (Saúde da Mulher, Saúde do Homem); Pessoas com deficiências; População em situação de rua; População do campo, da floresta e das águas e povos e comunidades tradicionais; Saúde dos Povos Indígenas; Enfrentamento às violências; Saúde Mental e Gênero; e Saúde do Idoso.

Na sequência, Amana reiterou a transversalidade da equidade no âmbito das ações e das políticas da SGTES, o que é um movimento desafiador, porque é necessário um corpo técnico capacitado para dialogar, pensar e propor. Sobre isso, Amana colocou algumas perguntas: como inserir a equidade na residência em saúde? Como inserir a equidade na graduação?

Amana, retomando a questão da criação de Comitês de Equidade no âmbito da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, destacou que se trata de uma estratégia importante da SGTES para implementação do Programa de Equidade nos territórios. Adicionalmente, destacou atrizes/atores, espaços e dispositivos também estratégicos para o Programa, como as/os apoiadoras/es que fazem o diálogo nos territórios, as/os articuladoras/es territoriais do PROADI, as conferências municipais, regionais e estaduais de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, os Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e a oferta de especialização/aperfeiçoamento para 2.000 pessoas, em 2025.

Ainda sobre os Comitês de Equidade no âmbito da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, a Amana disponibilizou o QR Code para acesso à Orientação Técnica nº 04/2024, mencionada anteriormente, que dispõe de questões sobre a sua criação, a sua composição, as suas atribuições e os seus fluxos de instalação. A Orientação Técnica pode ser acessada clicando **AQUI!**

Na sequência, Amana comentou sobre a 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, que será realizada após 18 anos, com o tema central “Democracia, trabalho e educação na saúde para o desenvolvimento: gente que faz o SUS acontecer”. Amana falou também sobre a 1ª Conferência Livre Nacional de Equidade no Trabalho, Educação e Comunicação na Saúde, a ser realizada no formato híbrido (presencial e remota), no dia 09 de julho de 2024. Amana disponibilizou QR Code para inscrição e para indicação de sugestões e de propostas pelas pessoas inscritas.

Caminhando para o final da sua fala, Amana colocou que, neste contexto em que queremos responder às necessidades de formação do SUS, precisamos potencializar as transformações do novo mundo do trabalho em saúde. Sobre isso, Amana destacou o desafio de se vincular a equidade ao trabalhador, considerando que, em geral, a equidade é mais facilmente atrelada à atenção e à população. Reiterou que a proposta é falar da trabalhadora e do trabalhador e do seu processo de adoecimento decorrente de questões vinculadas à equidade. Em relação às necessidades de formação, Amana apresentou a questão: como as Escolas de Saúde Pública podem contribuir na promoção e na articulação de estratégias de equidade voltadas para a Gestão do Trabalho e Educação na Saúde? Segundo Amana, há alguns movimentos e caminhos possíveis, a saber:

- ♦ Ampliação do debate sobre a equidade nos nossos espaços de trabalho
- ♦ Promoção de ações de formação e de educação pautadas nas questões que envolvem raça, etnia, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, capacitismo, etarismo, etc.
- ♦ Maior articulação com o território, envolvendo movimentos sociais na discussão, no planejamento e na execução de ações
- ♦ Aprofundamento das questões de equidade no âmbito da integração-ensino-serviço-comunidade, provocando as instituições de ensino com vistas à realização de mudanças e à articulação das diversas iniciativas promovidas
- ♦ Enfrentamento das questões que envolvem ambientes e processos de trabalho em que ocorrem diversas violências, como assédios, discriminação, racismo, LGBTfobia, etarismo, capacitismo e desvalorização da diversidade. Sobre isso, Amana destacou que o Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS) tem

elaborado uma minuta de combate ao assédio, inicialmente para o âmbito do Ministério da Saúde, mas que poderá ser utilizada nos territórios

- ♦ Diagnóstico e caracterização da força de trabalho
- ♦ Ações que visem à promoção da saúde e à segurança, bem como à valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores, considerando as diversidades
- ♦ Implantação dos Comitês de Equidade no âmbito do Trabalho e da Educação no SUS

Amana finalizou a sua fala colocando que é necessário reconhecer que o Brasil é um país que foi constituído por uma exploração, por um sistema de escravidão, e que isso tem impactos hoje no SUS e nos diferentes espaços. Para fechar, trouxe trechos do Poema Vozes Mulheres, da Conceição Evaristo:

“A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio”

“A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias, debaixo das trouxas, roupagens sujas dos brancos, pelo caminho empoeirado rumo à favela”

“Minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome”

“Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade”

PLENÁRIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 2024: PERÍODO DA MANHÃ

Após a palestra da Amana, a mediadora **Patrícia de Oliveira** destacou a sua emoção com a apresentação, sobretudo como mulher negra e gestora, e contou que chegou a desistir de um cargo de chefia por ter sofrido racismo. Ressaltou a importância da iniciativa do Ministério da Saúde de pensar a equidade, sob a perspectiva das trabalhadoras e dos trabalhadores do SUS. Na sequência, a Patrícia abriu o debate para que os participantes da Oficina pudessem colocar perguntas e/ou comentários:

Luiz Abreu, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), parabenizou as palestrantes pelas exposições e destacou que (re)significar o papel do trabalhador do SUS é fundamental, o que passa, acima de tudo, por valorizá-lo. Segundo Luiz, discutir o tema é uma etapa importante para isso, porque traz empoderamento dentro do próprio sistema. Luiz ressaltou que não é fácil conviver em um sistema em que somos explorados e destacou que estamos na rotina e na cultura do explorado. Citou como exemplo o Programa Mais Médicos, em que há situações repetitivas de trabalho análogo à escravidão, exercido pelos médicos que estão no sistema e que têm que atender sete ou oito pacientes por hora. Luiz colocou, ainda, que quem comanda esse grupo é um gestor do SUS que sofreu uma série de transtornos, em especial nos últimos quatro anos, e que nós estamos perpetuando essa cultura. Portanto, segundo Luiz, discutir a questão é fundamental para nós (re)significarmos como trabalhadores, como agentes transformadores. Para ele, fomos e somos explorados, mas não podemos perpetuar a exploração no trabalho, porque a nossa saúde mental não suportará e quem perderá é a sociedade, sobretudo os mais vulneráveis. Luiz reiterou que



discutir é fundamental e que o que foi trazido nas palestras é um passo para pensarmos na questão, que é urgente. Ainda segundo Luiz, as escolas de saúde pública têm obrigação de colaborar na formação dos recursos humanos para que tenham melhores salários e, acima de tudo, melhores condições de trabalho para que os trabalhadores e a sociedade como um todo possam se beneficiar.

Márcia Fausto, coordenadora da RedEscola, parabenizou a Amana e a Lívia pelas exposições, que, segundo ela, nos situaram em torno das políticas atuais de enfrentamento de questões fundamentais para que tenhamos um sistema de saúde mais equânime e, de fato, um sistema universal, para todos, independentemente de qual seja a condição de idade, gênero, raça, etnia, lugar onde vive. Segundo Márcia, há ainda uma desigualdade importante na oferta de serviços de saúde e também no acesso do trabalhador e da trabalhadora ao que está sendo discutido na Oficina, que é a educação na saúde, para que se preparem para atuar de um modo mais relacionado ao território. Por isso, Márcia colocou que termos hoje políticas que reconhecem as fragilidades do sistema e que buscam avançar e superar essas limitações é muito importante. Márcia ressaltou que é assumindo essas fragilidades que somos capazes de pensar caminhos para o enfrentamento. Nesse contexto, segundo Márcia, as escolas têm um papel muito importante de fazer essa política acontecer no dia a dia dos lugares, seja dos municípios, seja de uma atuação estadual, por exemplo. As escolas, os lugares onde acontecem as ações formativas, têm um papel fundamental de pensar estratégias de Educação Permanente em Saúde e de qualificação profissional. Márcia ressaltou também o papel que as universidades têm nesse processo, quando da formação de profissionais para atuar no sistema de saúde. Em relação a isso, Márcia comentou sobre a importante distância entre a formação que acontece na graduação e a formação de que o SUS necessita para responder às demandas da população brasileira. Márcia ressaltou, então, que é necessário nos alimentarmos dessa discussão para avançarmos em proposições e estratégias. Segundo Márcia, se desejamos uma política de saúde mais equânime e que enfrente as desigualdades ainda persistentes na saúde, é muito importante pensarmos em ações que sejam intersetoriais, considerando que o enfrentamento dos problemas de saúde supera o próprio sistema de saúde. É necessário, portanto, segundo Márcia, realizarmos o movimento de ir além da saúde e envolvermos outros setores das políticas públicas, agregando cada vez mais atores e atrizes nesse processo.

Alessandra Rios de Faria, da ESP-MG, ressaltou que ficou muito tocada com a pergunta da Amana sobre o que podem as escolas de saúde pública. Compartilhou que considera um privilégio estar dentro de uma escola de saúde pública, porque se encontra com trabalhadores e trabalhadoras do SUS em todas ações, além de se encontrar com pessoas dos movimentos sociais e da gestão. Sobre isso, Alessandra ressaltou que uma grande aposta, no âmbito da ESP-MG, é a escuta ativa, porque os trabalhadores e as trabalhadoras falam dos seus dilemas, dos seus sofrimentos e dos seus impasses. Por isso, há uma escuta muito atenta e uma disponibilidade em ouvir o que cada turma traz. Segundo Alessandra, ainda que se tenha um currículo e um projeto, a equipe da Escola está totalmente aberta ao que as pessoas trazem. Alessandra contextualizou que trabalha em muitas ações do campo



da saúde mental e que hoje, fruto das discussões de uma turma anterior da Especialização em Saúde Mental, há uma disciplina sobre políticas de saúde, lutas antirracistas e cuidado. Segundo Alessandra, esses temas viraram uma disciplina, agora na segunda turma da Especialização, porque as trabalhadoras da turma anterior pautaram a questão em todas as aulas, destacando que é preciso discutir racismo, porque está no cotidiano e traz marcas. Na turma anterior, esclareceu Alessandra, o tema não era uma disciplina, mas chegaram a realizar rodas de conversa e seminários e mudaram o rumo para acolher o que as trabalhadoras estavam apontando. Agora o tema virou disciplina e a turma atual já está sinalizando a necessidade de aumentar a carga horária para abordagem da temática. Alessandra compartilhou que a equipe da qual faz parte também realiza oficinas no campo da saúde mental, nos diversos territórios mineiros, e que fazem a pergunta “que tema querem trabalhar?”. Diante da questão, apareceu o tema da saúde indígena, o que se desdobrou na realização de um seminário e na participação em uma pesquisa. Alessandra reiterou que, no âmbito do seu trabalho na ESP-MG, possui disponibilidade para acolher, escutar e mexer. Segundo Alessandra, na ESP-MG, há essa possibilidade de incluir temáticas nas formações. Outro exemplo citado referiu-se a uma disciplina sobre gestão do trabalho, incluída no currículo considerando o adoecimento a que se referiam os trabalhadores e as trabalhadoras. Alessandra ressaltou, ainda, que nas disciplinas se fala “com”, então participam pessoas dos movimentos sociais, da luta antimanicomial; ou seja, ao invés de discutirem o protagonismo do usuário por meio de si mesmas (docentes) falando sobre, as próprias pessoas vêm e falam o que elas acham que é autonomia, como analisam o serviço, que caminham deveriam ser seguidos. Finalizando sua colocação, Alessandra compartilhou que se faz muito, que ainda há muito a se fazer e que a disposição para se construir junto é decisiva.

Edison Bueno, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), iniciou sua fala colocando o desejo de compartilhar algumas questões que têm vivenciado como médico sanitário que atua como docente do curso de medicina. Segundo Edison, em poucas décadas atrás, o curso de medicina da UNICAMP, que tem uma proporção de 300 candidatos por vaga, chegou a ficar seis anos sem ter a entrada de um estudante negro. No ano passado, em uma foto de uma turma do primeiro ano, observou que, dos 15 alunos, seis eram negros, dois indígenas e o professor era negro. Sobre isso, Edison destacou que, talvez, as gerações mais novas não se deem conta das mudanças que estão acontecendo no país. Segundo Edison, mais do que combater a desigualdade, que é uma vivência mais profunda, é importante não reproduzir as situações de iniquidade e de exclusão. Lembrando de situações vividas, Edison compartilhou que, há cerca de dois anos, durante uma discussão de um caso clínico com alunos do quarto ano de medicina, uma paciente declarou que não estava sendo bem cuidada, porque era mulher, negra e pobre. Esse debate, segundo Edison, era colocado principalmente porque a paciente estava internada por tuberculose e era moradora de uma ocupação. Ele ressaltou que era tão verdade o que a paciente apontou que ela teve alta sem nenhuma prescrição e morreu dois dias depois. Fora a indignação com a situação, a pergunta que Edison levantou é: como a gente muda esse processo? Segundo Edison, os profissionais médicos que exerceram o cuidado dessa forma absurda, desumana e descuidada não o fizeram por falta de

conhecimento. Cuidar não depende só de técnica, sobretudo no trabalho em saúde e na educação. Sobre isso, Edison colocou uma outra pergunta: o que significa a subjetividade? Para concluir, Edison rememorou uma frase que ouviu de uma pessoa com deficiência: em um determinado momento, a tua vida vai te perguntar o que você fez com aquilo que a vida te deu? Segundo Edison, há uma resposta que se deve dar, com base no que Gandhi nos disse: cada um de nós é responsável pela mudança que queremos para o mundo; se não for agora, quando vai ser? Se não formos nós, quem será? Para fechar sua fala, Edison disse à Livia e à Amana: que brilhe sempre a sua luz!

Anaíde da Silva, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), iniciou sua fala explicitando que trabalha na SES-MG, na Superintendência de Recursos Humanos, e atua com os Comitês. Segundo Anaíde, na última sexta-feira, foi realizada uma reunião do Comitê de Equidade, com uma discussão junto ao Comitê LGBT, e há uma preocupação grande em relação aos dados e às informações. Destacando a sua compreensão acerca das políticas e a sua experiência de quase 40 anos no campo da Saúde Pública, Anaíde compartilhou a sua preocupação com a implantação e a implementação das políticas a partir de dados e de informações. Sobre isso, Anaíde perguntou: como o Ministério da Saúde está trabalhando no DataSUS e em outros sistemas? Destacou a questão, considerando que o preenchimento do formulário começa pelo Agente Comunitário de Saúde durante a visita domiciliar, o qual precisa perguntar e preencher todas as questões com que é preciso trabalhar – cor, raça, identidade de gênero, se é indígena, se é deficiente. O que está sendo feito nesse sentido, no âmbito do Ministério da Saúde? Anaíde colocou a pergunta, destacando que, quando se buscam esses dados, há simplesmente dois quadrinhos para preencher (feminino e masculino). Como que trabalha com isso, agora dentro dos Comitês, em que é necessário trabalhar não somente com saúde, mas também com educação? Como fazer gestão do trabalho e da educação na saúde se não há informações? Anaíde finalizou a sua fala ressaltando que é necessário um banco de dados robusto, que, às vezes, o estado não tem e que o Ministério também não tem. Por isso, Anaíde deixou a questão: qual movimento o Ministério da Saúde está fazendo para se ter não somente os dados, mas, com os dados, se obter a informação? Anaíde parabenizou pelo evento e pelas palestras.

Amana de Jesus agradeceu pelas contribuições e pelas importantes discussões. Segundo Amana, quando se trabalha e se aborda essa temática e ouvindo os movimentos que estão sendo feitos, há um processo de fortalecimento e de organização que possibilita uma institucionalidade. Referindo-se à fala da Alessandra Rios, Amana colocou que, embora seja uma experiência da ESP-MG, há ali a possibilidade de multiplicar o movimento e promover mudanças. Ainda se referindo à fala da Alessandra, Amana reiterou a importância do espaço de escuta do trabalhador e da trabalhadora, que estava escasso e inexistente nos últimos anos. Entretanto, na gestão atual da SGTES, há uma compreensão de que esse espaço de escuta é o inicial, é o Norte, é a bússola. Nesse sentido, segundo Amana, a realização da 4ª Conferência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde não é à toa; é justamente para promover e criar políticas a partir das necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores dos SUS. Amana destacou, ainda, que esses espaços de escuta não estão institucionalizados



no território e que, nesse sentido, as escolas do SUS podem ser esse lugar, tanto para promover o processo formativo, quanto para pensar junto à gestão fluxos de acolhimento das trabalhadoras e dos trabalhadores. Amana fez referência também à fala do Edison, quando apresentou as mudanças decorrentes das políticas afirmativas, que permitem trazer mais acesso à formação das pessoas que têm um processo de educação pública precário atualmente, por exemplo. Há todo um processo em cadeia, segundo Amana: com as políticas de ações afirmativas, garante-se o ingresso, mas e a manutenção? Como um estudante que vem de uma comunidade quilombola se mantém em um curso de medicina? Amana afirmou que muitos foram os avanços, mas que é necessário promover políticas que possam garantir a fixação do estudante, que passa por muitos desafios e processos que desencorajam. Em geral, segundo Amana, é sempre um professor ou uma professora que acolhe, mas isso precisa ser da instituição. Sobre isso, Amana colocou outra questão: onde estão as travestis dentro das universidades públicas? Elas têm educação de base? São perguntas necessárias, segundo Amana, porque são muitos os atravessamentos e muitas as inquietações. São necessárias políticas afirmativas que incluam a população LGBT e há programas de pós-graduação que têm pensado isso. Amana colocou que, sobre os sistemas, Anaíde trouxe uma questão fundamental e, em relação a isso, citou que há a proposição de um estudo multicêntrico para desenvolver uma pesquisa do perfil dos trabalhadores e das trabalhadoras do SUS no território nacional. Em relação às fichas que são preenchidas com informações dos usuários do SUS, Amana esclareceu que, em 2017, foi publicada uma portaria que tornou obrigatório o preenchimento do quesito raça/cor, mas que ainda há desafios para preenchimento adequado. Segundo Amana, isso é necessário para dar sustentabilidade e criar as políticas identificando quem é esse usuário, onde ele se localiza, e reconhecendo que sua saúde perpassa por questões do território e da sua identidade.

Lívia Mélo agradeceu por todas as colocações e ressaltou a potência da rede que integra escolas do SUS e universidades. Lívia sugeriu que, durante a Oficina, as pessoas possam se perguntar: a escola do SUS dos estados está, de fato, em conversa com as universidades? Como? Como é possível qualificar essa relação? Segundo Lívia, cada uma das instituições tem o seu objeto, mas ambas têm um ponto muito em comum, que é a preparação de trabalhadores e trabalhadoras no mundo do trabalho e dos futuros trabalhadores, que são estudantes hoje. Para Lívia, essa agenda é uma potência. Dialogando com o que os participantes trouxeram, Lívia destacou que o desafio da intersectorialidade está colocado para a formação em saúde e que quando se direciona um estudante de graduação para uma visita domiciliar, em que o preceptor é o ACS, cabe perguntar: que relação o estudante estabelecerá depois com o ACS, quando vier a ser trabalhador de nível superior na equipe? Como se problematiza desde então a intersectorialidade e essa relação considerando a divisão técnica do trabalho? Lívia colocou também que há um desafio imenso para a intersectorialidade ser praticada, porque a pandemia mostrou que muitos morreram, inicialmente, pelo vírus e, depois, no segundo ciclo, pela fome. Essa problemática, segundo Lívia, está dada ainda e é complexa. Em relação à questão sobre as cotas que o professor Edison compartilhou, Lívia colocou que as cotas revolucionam, mas precisam de novas epistemologias. Isso porque, segundo Lívia, coloca-se um estudante quilombola e indígena na universidade, mas e os



currículos? Trazem autores e autoras negras que discutem a questão racial e indígena? Ou estamos embranquecendo também o pensamento com as teorias historicamente colonizadoras, brancas e europeias? Como se mudam também as epistemologias? Lívia destacou que, embora seja professora de graduação em saúde coletiva e tenha muito tempo de atuação como sanitarista, somente agora está reconhecendo o SasiSUS (subsistema de atenção à saúde indígena). Lívia reiterou que temos um subsistema de atenção à saúde indígena no país e que é preciso falar sobre isso, estudar sobre isso, ensinar sobre isso. Destacou, ainda, a ousadia de fazer diferente, a exemplo do que tem sido realizado no âmbito do PET, em que se começou a pagar uma bolsa para a comunidade. Lívia citou também um programa na UnB que já pagava bolsa para comunidades darem aulas. Como poderíamos multiplicar mais isso? Como fazer isso acontecer com mais frequência dentro das instituições das quais fazemos parte? Lívia colocou que não é fácil mudar a burocracia no Ministério da Saúde para que isso se torne possível, mas é importante ousar fazer diferente correndo os riscos de fazer melhor. Lívia ressaltou, ainda, a questão da saúde mental colocada pela Alessandra Rios. Sobre isso, destacou que os estudantes são levados a experienciar situações complexas e adoecedoras e que, em geral, não há preparo para lidar com morte e adoecimento. Por isso, saem adoecidos e sem saberem lidar com o próprio adoecimento. É preciso pensar na saúde do estudante também, segundo Lívia. Finalizando sua fala, Lívia destacou que, no Programa Mais Saúde com Agente, foram incluídas disciplinas de equidade, saúde indígena, saúde mental, campo, floresta e águas. Além disso, citou que foi realizado um movimento para estimular a abertura de residência em saúde indígena, por exemplo. Para fechar, Lívia reiterou a pergunta que Amana fez sobre o que podem as escolas e colocou que está ali para compartilhar o que estão fazendo e ouvir o que as escolas estão desenvolvendo.

Para concluir o debate, a **Patrícia de Oliveira** compartilhou uma experiência da ESP-MG, que, neste ano, instituiu um Grupo de Diversidade, Acessibilidade e Inclusão para se discutir a questão e tornar a escola mais inclusiva para dentro e para fora. Destacou, ainda, que o objetivo do Grupo é instituir uma política e pensar, por exemplo, em editais de seleção mais inclusivos e em espaços e aulas mais acessíveis. Patrícia encerrou o momento agradecendo, mais uma vez, pela presença das palestrantes.

2. 25/06/2024 – PERÍODO DA TARDE

2.1 EIXO TEMÁTICO: PROMOÇÃO DA EQUIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUS

Mediadora: Márcia Fausto – Coordenadora da RedEscola

Inicialmente, Márcia Fausto destacou a importância dos relatos de experiência e do papel multiplicador que atividades como essa desempenham, ressaltando que espaços de discussão são importantes elos de fortalecimento da rede de escolas de saúde pública e das instituições formadoras em saúde pública.

2.1.1 Equidade LGBT e formação docente: “o avesso do mesmo lugar”

Palestrante: Luiz Montenegro – Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Luiz Montenegro (Lula) iniciou sua fala apresentando sua trajetória como pessoa pertencente à comunidade LGBTQIA+ e sua aproximação com a temática de equidade. Ao falar sobre sua atuação profissional e seu processo formativo como profissional do setor saúde, Luiz refletiu sobre as mudanças que percebeu durante sua atuação e sobre os novos (e velhos) debates que se apresentam em temas como gênero, sexualidade e representação de grupos minorizados nos espaços das universidades.

Após a exposição de um vídeo de SLAM (performance poética representada pela artista paraibana Bixarte), Luiz teceu comentários sobre a crueza do relato poético e os questionamentos que a performance da artista apresenta quanto ao lugar de corpos não cis normativos e às suas possibilidades de existência.

Luiz deu continuidade à sua fala abordando o conceito de CISTEMA, chamando atenção para a inclusão do prefixo CIS e instigando o questionamento sobre a cisnormatividade imposta em diferentes contextos e os seus reflexos na perpetuação de práticas violentas contra corpos dissidentes.

Na sequência, Luiz fez uma contextualização sobre o Samba-enredo que dá título ao relato. Trata-se do Samba-enredo de 2019, da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, de nome Histórias Para Ninar Gente Grande. Luiz citou versos da canção que, segundo ele, sintetizam as ideias expostas durante sua explanação. A partir do verso “O avesso do mesmo lugar”, Luiz apresentou a ideia dos avanços já desenvolvidos, ainda que persista uma aparente imobilidade, por parte das estruturas de estado e governo, para a garantia de direitos de identidades dissidentes. Outro verso mencionado diz “Na luta é que a gente se encontra”. Segundo Luiz, a frase sintetiza uma percepção pessoal sobre a interseccionalida-

de presente nas discussões de gênero e a maneira como distintas lutas por direitos se entrelaçam na realidade, proporcionando estratégias de resistência singulares e interconectadas com temas como raça, direitos sexuais e reprodutivos, autoritarismo, notícias falsas, entre outros. Em continuidade, Luiz mencionou a “Transversalização” do tema e a sua perenidade/constância como elemento constituinte da busca por cidadania e igualdade.

Luiz apresentou, em linhas gerais, alguns dos objetivos que são propostos aos discentes durante a disciplina conduzida por ele na Universidade Federal Fluminense (Trabalho de Campo), a qual é centrada no diálogo entre o processo saúde-doença e os contextos de exclusão social da população LGBTQIA+.

Dando continuidade à sua fala, Luiz explicitou os princípios doutrinários do SUS e a sua relação com a diversidade de gênero. Além disso, apresentou diversas bandeiras representativas de identidades de gênero e ofereceu uma breve definição sobre algumas “especificidades” das identidades. Motivado por uma dúvida exposta por participantes presentes na Oficina, Luiz deu ênfase a uma caracterização sobre as identidades intersexuais, destacando reflexões sobre a polissemia do termo identidade. Outra dúvida apresentada pelo público presente referiu-se à Teoria Queer, o que fomentou uma discussão sobre o significado do termo e uma apresentação sobre um breve histórico do entendimento do termo *Queer* como algo associado à estranheza. Nesse contexto, Luiz sugeriu a leitura do trabalho da autora Judith Butler.

Posteriormente, com o suporte de algumas imagens e charges, Luiz comentou sobre a dificuldade em enquadrar todas as experiências humanas quanto à sexualidade e ao afeto em “caixinhas” pré-determinadas. Durante seu comentário, Luiz mencionou o conceito de Gênero fluido e retomou algumas percepções sobre as interseccionalidades existentes entre violências perpetradas contra a população LGBTQIA+, machismo, racismo e misoginia.

Na sequência, utilizando-se de uma nuvem de frases distribuídas ao redor de uma silhueta, Luiz colocou um debate sobre a (não) saúde de pessoas trans. Foram apresentados dados sobre a baixa expectativa de vida de mulheres trans e aspectos sobre a falta de investimentos intersetoriais e sobre a perspectiva patologizante ainda presente nos discursos e nas práticas de profissionais de saúde. Sobre isso, Luiz destacou a necessidade de um saber-fazer que contraponha a lógica de intervenção e oriente os atuais e futuros profissionais para um entendimento centrado no acolhimento e no cuidado integral. Luiz comentou, ainda, o processo de redesignação sexual como um exemplo recorrente da dinâmica “normatizante” e intervencionista que enquadra as identidades em termos de masculino/feminino e invisibiliza as manifestações e as identidades dissidentes.

Ademais, Luiz discorreu sobre alguns resultados obtidos a partir da atividade curricular na disciplina que leciona na UFF, evidenciando a resignificação de saberes, o desenvolvimento de aspectos interpessoais e os entendimentos sobre a dinâmica de exclusão social e as suas repercussões sobre os processos de saúde-doença de grupos vulnerabilizados, o que aponta para a proposição de novos caminhos para uma prática em saúde mais alinhada às realidades pulsantes da sociedade.

Para finalizar sua fala, Luiz pontou questões sobre a necessidade de os espaços de formação assumirem posturas combativas e propositivas fundamentadas no reconhecimento das opressões sofridas, no resgate das historiografias silenciadas pelos contextos sócio-his-

tóricos e na institucionalização de políticas de acesso e permanência de corpos dissidentes nos espaços formativos.

Após a apresentação do Luiz, **Márcia Fausto** fez alguns apontamentos sobre o relato da experiência, dando ênfase à transversalidade da temática e à necessidade, evidenciada pelo relato, de estratégias mais resolutivas para enfrentamento das desigualdades sociais. Também mencionou a necessidade de ampliação dos espaços de inclusão em diversos âmbitos da educação e do trabalho.

2.1.2 Fortalecimento do Controle Social, por meio do desenvolvimento de ações educacionais para membros dos Conselhos de Saúde no SUS, em Minas Gerais

Palestrante: Daniel Fernandes – Trabalhador da ESP-MG

Daniel Fernandes iniciou sua fala fazendo a sua autodescrição. Na sequência, contextualizou o histórico duradouro de parceria entre a ESP-MG e os diferentes agentes do controle social em distintos níveis (municipais, regionais, estaduais e nacionais). Ressaltou que a ESP-MG é a primeira instituição de caráter estadual orientada para a formação em saúde pública do País, criada no ano de 1946, na qual, desde então, são desenvolvidas ações com o intuito de fortalecer o cenário de atenção à saúde, produzindo e difundindo conhecimentos junto a trabalhadores, gestores e usuários.

Durante a contextualização, Daniel também enfatizou a produção, no âmbito da ESP-MG, de subsídios para o fortalecimento do controle social, por meio de ações educacionais e elaboração de materiais didáticos utilizados em diversos cursos de caráter regional, executados em parcerias junto ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES/MG). Em continuidade, Daniel mencionou os desafios enfrentados para a realização dos cursos. Citou, em especial, questões relacionadas à oferta de turmas/quantitativo de vagas e à adequação do conteúdo de acordo com as características e as individualidades do público das ações propostas. Ressaltou, ainda, a relevância da participação dos usuários e as demandas específicas apresentadas por esse público quanto a vínculos de trabalho, disponibilidade de tempo e linguagem.

Outro desafio abordado por Daniel foi o impacto da pandemia de Covid-19 na realização das ações. Daniel ressaltou o papel da Educação Permanente como norteador pedagógico e metodológico das ações, comentando que, para além das vivências em sala de aula, foi necessário incorporar os aprendizados oriundos das práticas cotidianas dos sujeitos e das subjetividades construídas, por meio do trabalho em diferentes contextos, espaços e origens, no âmbito do curso de Pessoas Ativadoras do Controle Social.

Na sequência, Daniel abordou aspectos sobre o apoio institucional e a aproximação feita entre a Escola e o Conselho Estadual. Ressaltou a articulação junto à Câmara Técnica de Educação Permanente do CES/MG, relacionamento que, segundo Daniel, tem dado sentido ao fortalecimento do controle social no estado de Minas Gerais. Daniel citou, ainda, as interações e as parcerias realizadas junto ao Conselho Nacional de Saúde, que, segundo ele, permitem um processo de retroalimentação e aperfeiçoamentos das ações educacionais, a partir de um aprendizado contínuo e permanente que tem sido espelho para uma série de

iniciativas em nível nacional. Como efeito da parceria entre ESP-MG e CES/MG, foi celebrado, no ano de 2023, um Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições.

Daniel elencou algumas atividades que estão sendo conduzidas no âmbito do fortalecimento do controle social, entre as quais foram citadas: a ampliação da Formação de Pessoas Ativadoras do Controle Social no SUS em Minas Gerais, que alcançou mais de 130 participantes na 2ª turma realizada; a oferta de webinários temáticos, com ênfase em instrumentos de gestão, financiamento do SUS e organização de conselhos; e a realização de uma nova edição do Curso de Qualificação para Pessoas Conselheiras de Saúde do Estado de Minas Gerais, com atividades presenciais realizadas *in loco* nas regiões de saúde.

Para finalizar sua fala, Daniel fez uma reflexão sobre a proximidade necessária entre as escolas técnicas, os trabalhadores e os usuários, destacando o papel da escuta qualificada e o efeito positivo observado ao ouvir as vivências dos agentes na consolidação de práticas de educação permanente que estejam alinhadas às necessidades e às subjetividades dos públicos alcançados. Daniel destacou, ainda, a transversalidade da temática da equidade, que atravessa de forma fundamental todas as ações apresentadas. Em síntese, segundo Daniel, as experiências exitosas só foram possíveis pelo processo de trocas de saberes pautado no conhecimento emancipatório e na sensibilidade entre facilitadores e trabalhadores durante o processo de ensino-aprendizagem.

PLENÁRIA DO EIXO TEMÁTICO: PROMOÇÃO DA EQUIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUS

Após a apresentação do Daniel, a **Márcia Fausto** teceu alguns comentários, ressaltando a importância dos aprendizados e das reflexões trazidos pelo Daniel e enfatizando como o controle social apresenta saberes relevantes para a consolidação e o fortalecimento do SUS em distintos aspectos. Na sequência, a mediadora abriu o debate para que os participantes presentes na Oficina pudessem colocar questões e/ou comentários.

Gláucia de Fátima Batista, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Permanente do CES/MG, fez apontamentos sobre aspectos mencionados durante a apresentação do Daniel. Para ela, a escuta qualificada é um diferencial das propostas construídas entre ESP-MG e os agentes do controle social no estado de Minas Gerais. Gláucia destacou, ainda, que a proximidade entre a câmara técnica e a escola tem sido fundamental para a elaboração de ações educacionais significativas e com impactos profundos nos territórios.

Edison Bueno, professor da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, teceu comentários sobre a fala do Luiz Montenegro, relatando uma experiência do currículo da Faculdade de Ciências Médicas com a oferta de uma disciplina com enfoque na saúde de “populações negligenciadas”. Segundo Edison, a partir do que a atividade formativa revelou, muitos estudantes deram *feedback* sobre a alteração de suas percepções em relação aos processos de saúde-doença e à desigualdade, apontando que, muitas vezes, a violência sofrida por essas populações e os seus reflexos na condição de saúde não são apresentados no percurso formativo dos currículos dos profissionais de saúde, sendo necessária uma defe-

sa efusiva da saúde como direito da pessoa humana. Edison finalizou sua fala perguntando da experiência relatada sobre equidade LGBT e formas de institucionalização de atividades curriculares com essa temática.

Em resposta, **Luiz Montenegro** apontou que a perspectiva curricular é encarada por sua instituição desde 1996, sendo precursora no ensino da temática. Destacou, ainda, que, como apresentado em seu relato, a institucionalização tem sido feita por meio de iniciativas individuais dos docentes que se utilizam de disciplinas com ementas menos rígidas para incluir discussões sobre gênero e equidade. Luiz comentou que, no entanto, há enfrentamentos e disputas e que, por isso, se trata de um processo de resistência e luta ainda muito contestado por estruturas administrativas das instituições. Por fim, Luiz comentou um depoimento encaminhado por um estudante recém-formado, que colocou, de forma bastante emocionada, sobre a importância e o impacto da experiência curricular na sua atuação e no seu percurso formativo.

Luísa De-Lazzari Resende, assessora da Superintendência de Educação e Pesquisa em Saúde da ESP-MG, fez uma fala relatando algumas experiências do projeto “Menos Preconceito é Mais Saúde”, promovido pela ESP-MG em parceria com a prefeitura de Belo Horizonte e a Universidade Federal de Ouro Preto. O projeto, segundo Luísa, tem como foco a Divulgação Científica em torno de questões sobre a Saúde da População LGBT+ e conta com produções de conteúdos em variados formatos e mídias, produtos para as redes sociais, programas em áudio no formato de podcasts e promoção de eventos sobre o tema. Luísa comentou também sobre algumas vivências durante o I Congresso Municipal sobre Saúde Integral da População LGBTQIA+, realizado em Belo Horizonte, e reforçou a importância de espaços de discussão qualificados e inclusivos, que, para além de reproduzirem os discursos de equidade, possibilitem a representação e a participação de pessoas e corpos dissidentes como protagonistas.

Márcia Fausto encerrou o momento de plenária agradecendo pelas reflexões e deu orientações para a realização dos Grupos de Discussão.

2.2 EIXO TEMÁTICO: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO EM SAÚDE

Coordenadora: Márcia Fausto – RedEscola

2.2.1 Grupo de Discussão 1 – Formação em saúde e cenários de prática

O Grupo de Discussão 1 contou com 20 participantes de diferentes instituições, envolvendo representantes da Unicamp, da USP, da UFRJ, da UFF, da UEL, da UFES, da ENSP/Fiocruz, da ESP-MG, da ESP-Betim, do ICEPi/ES, da SES-MG/URS Pirapora, da SMS São José da Lapa e do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. Para o fomento à discussão,

foram utilizadas três perguntas norteadoras apresentadas pela mediadora Márcia Fausto: (a) “Quais são os principais desafios atuais da formação de profissionais para atuação no SUS?”; (b) “Como tem se dado a conformação de cenários de práticas que contribuam para uma formação em saúde orientada pelos princípios do SUS? Quais estratégias têm sido utilizadas?”; e (c) “Que papel escolas e universidades podem assumir no sentido de fomentar maior integração ensino-serviço-comunidade, de forma a aproximar a formação profissional dos princípios e das diretrizes do SUS?”.

Márcia Fausto abriu a rodada de discussão convidando os participantes a percorrerem de forma livre as perguntas e, ao mesmo tempo, darem prioridade para a identificação de estratégias que têm sido ou podem ser utilizadas para que a formação em saúde possa ser orientada pelos princípios do SUS.

Em relação aos desafios epistemológicos da formação em saúde, apontou-se a dificuldade de que esse processo seja baseado em uma compreensão ampliada do conceito de saúde e de que dê real importância para a defesa do princípio da universalidade e do caráter de proteção social do SUS. Ainda nessa dimensão, identificou-se falta de formação política e de temas do planejamento e da gestão que pudessem contribuir para reflexão e ação crítica por parte dos estudantes e/ou dos trabalhadores em formação em sua atuação no SUS. Destacou-se, ainda, a importância de, durante a formação, se considerarem temas da contemporaneidade, como a violência de gênero e o racismo, como medida para a promoção da equidade.

Do ponto de vista institucional, os desafios da formação em saúde também foram explorados a partir da reflexão sobre o lugar que a universidade (incluindo os núcleos/departamento da saúde coletiva) ocupa e as suas limitações, considerando as relações de poder que se estabelecem entre docentes quando são pensados processos de mudança dos currículos em prol da formação voltada ao SUS. Foram citadas questões críticas relacionadas à institucionalização da extensão, como a sua ‘curricularização’ num contexto de baixa valorização de sua prática, o que tem gerado prejuízos aos docentes e aos discentes e pouca reverberação no processo mais amplo de ensino-aprendizagem e de integração com os serviços e com a comunidade.

Mesmo com as limitações institucionais destacadas, valorizaram-se os avanços pedagógicos vivenciados na formação em saúde nas últimas décadas, que propiciaram a incorporação de novas metodologias de ensino-aprendizagem, tais como Aprendizagem Baseada em Problemas, currículo integrado, entre outras, e potencializaram maior aproximação entre o ensino e o serviço. Permanece a importância, portanto, de o campo da Saúde Coletiva continuar refletindo e experimentando novas práticas pedagógicas e outras epistemologias no desenvolvimento dos processos formativos dos trabalhadores do SUS, buscando fugir da adoção de modelos rígidos de metodologias ativas sem ouvir o território, os trabalhadores e as suas demandas. Nesse sentido, apontou-se ser necessário considerar o referencial da Educação Permanente em Saúde para esse processo.

As perguntas também levaram os participantes a refletirem sobre o papel das residências em saúde e se essa formação tem propiciado integração ensino-serviço-comunidade. Foi destacado que as residências possuem importância para a formação voltada para o SUS, especialmente a multiprofissional e a de medicina da família e comunidade, em que se ex-

perimentam módulos/disciplinas integradores e reflexão crítica e ativa no e para os cenários de prática. Mesmo com esse reconhecimento, ressaltou-se que a definição dos programas de residência precisa ser orientada pelas necessidades e pela vocação dos serviços e do SUS em cada território e não apenas pelos seus docentes/coordenadores. Ponderou-se, também, sobre dificuldade de os gestores e os trabalhadores dos serviços entenderem o papel do residente e a função social da formação para a reorientação da educação na saúde. Nesse sentido, pontuou-se sobre a compreensão de que a responsabilidade da formação em saúde não é apenas da instituição de ensino, mas também do serviço.

Em relação aos cenários de prática, discutiu-se a concorrência, por vezes desleal, por vagas nos serviços com instituições educacionais privadas, dada a capacidade de essas últimas ofertarem contrapartidas estruturais e materiais. Nesse contexto, a experiência com a implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES) foi discutida, problematizando a capacidade de o instrumento regular a relação entre as instituições de ensino e o serviço. Ponderou-se que essa articulação, em muitos locais, é dependente do estabelecimento de relações pessoais com a gestores do serviço e que o COAPES tem limitações para reduzir esse tipo de influência. Foram destacadas experiências de publicação de editais para seleção pública de campos de prática/estágios no SUS, como medida para reduzir a 'privatização' desses cenários. Ressaltou-se que tal medida precisa ser construída a partir das demandas do SUS e ser baseada em uma visão impessoal do processo.

Outra medida destacada foi a articulação entre o processo de contratualização dos serviços de saúde feito pela gestão do SUS e a oferta de campos de aprendizagem, concretizando o papel das unidades de saúde como corresponsáveis pela formação.

Nesse contexto, apontou-se o papel relevante que pode ser desempenhado pelas Escolas de Saúde Pública ou de instituições/estruturas similares na regulação dos campos de prática. Identificou-se a necessidade da definição de atores/espacos de mediação, tais como as Escolas, para promover articulação entre as instituições de ensino e o serviço orientada pelos princípios do SUS. Com esse papel, destacou-se que as Escolas de Saúde Pública poderiam participar de forma mais ativa da disputa pelo modelo de formação em saúde voltado ao SUS. Porém, foi destacado que, em muitos territórios, as Escolas estão fragilizadas e/ou desvalorizadas, o que coloca em dúvida sua capacidade para realizar essa função regulatória. Seria então preciso construir estratégias institucionais a partir da RedEscola para reverter esse isolamento das Escolas.

O grupo ainda discutiu macro determinantes que têm influenciado a formação em saúde e que são desafios a serem superados, a saber:

- ♦ Privatização dos serviços do SUS, expressa, especialmente, pelo aumento de Organizações Sociais atuantes na rede, e os seus prejuízos à integração ensino-serviço (metas assistenciais que não consideram a função educacional dos serviços; agenda reduzida dos trabalhadores para atuação na formação/preceptorial de estudantes/residentes; incompreensão sobre o papel educativo dos serviços de saúde; redução do número de vagas de estágio/residência)
- ♦ Gestão do SUS, políticas de saúde e modelos de organização de serviços inadequados à função educativa no SUS (rotatividade de gestores e gerentes, lógica produtivis-

ta incorporada à APS, com redução de tempo e interesse pela preceptoria; modelos de atenção fragmentados e médico-centrados)

- ♦ Precarização do trabalho em saúde e prejuízos à formação no e para o SUS (rotatividade de profissionais nas unidades, sobrecarga de trabalho, adoecimento do trabalhador)
- ♦ Subfinanciamento da saúde como política de Estado e sua influência na qualidade e na estrutura dos serviços e dos campos de formação em saúde

Nesse sentido, reforçou-se a necessária associação entre a política para a formação em saúde e todos os desafios que se relacionam à organização, à sustentabilidade e ao fortalecimento do SUS (financiamento, modelo de atenção, regionalização, estrutura e qualidade dos serviços). O grupo apontou que é preciso fortalecer o sistema de saúde para se conquistar uma formação em saúde qualificada. Destacou, também, que a integração ensino-serviço pode contribuir muito com a organização e a inovação em processos de trabalho dos serviços de saúde, desde que seja produzida em um contexto que aponte para a reversão da fragilização e da precarização do SUS. Por esse motivo, considerou-se o que se discutiu como pautas estratégicas para que os membros da RedEscola apresentem e articulem nos debates na 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

2.2.2 Grupo de Discussão 2 – Gestão do trabalho e Educação Permanente em Saúde

O Grupo de Discussão 2 contou com 20 participantes de diferentes instituições, envolvendo representantes do COSEMS/MG, do Conselho Estadual de Saúde/MG, da EMS/SP, da ESP/Betim, da ESP/PI, da ESP-MG, da ESP/RN, da ENSP, do Hemominas/MG, da SMS-Sabará, da SMS/SP, da SES-MG - Superintendência de Vigilância Epidemiológica/SESMG, da SGTES/MS e da UERJ. Para o fomento à discussão, foram utilizadas três perguntas norteadoras apresentadas pela mediadora Yansy Delgado Orrillo: a) *Como a crescente precarização do trabalho na saúde tem impactado a formação dos trabalhadores do SUS (acesso às ações educacionais, permanência no curso, etc.)?*; b) *Quais os principais desafios atuais da implementação das diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde nos territórios em que atuam as instituições formadoras?*; c) *Quais são os desafios e as possíveis estratégias para articular os dois grandes campos: trabalho e educação na saúde?*

Yansy Orrillo iniciou o debate cumprimentando os participantes e destacando o curto período disponível para discutir as três questões apresentadas. Inicialmente, houve uma breve apresentação de cada participante. Em seguida, Yansy solicitou aos participantes que trouxessem uma visão abrangente e regional, além de propostas para mitigar os desafios enfrentados no processo de trabalho e educação na saúde. Yansy enfatizou, também, a reflexão sobre o trabalho como princípio educativo, conforme abordado em uma palestra realizada no turno da manhã.

Sobre os impactos na formação dos trabalhadores do SUS devido à precarização do trabalho na saúde, foi assinalada a alta rotatividade e a perda de profissionais devido à aposentadoria, resultando em sobrecarga para os demais.

Relatou-se também sobre a experiência do município de Betim/MG, em que há um aumento no número de trabalhadores contratados por Organizações Sociais. Esse modelo de privatização do trabalho leva à falta de investimento governamental em educação permanente, uma vez que não há incentivo para formar trabalhadores que não permanecerão na instituição. Nesse contexto, foi destacada a importância de os gestores compreenderem a necessidade de promover e fortalecer processos de educação permanente. Além disso, enfatizou-se a necessidade de se estabelecer uma agenda protegida para estudo.

Quanto à precarização do trabalho, considerando diferentes tipos de vínculos, salários e cargas horárias, que abrangem uma dimensão estrutural da precarização, mencionou-se também a precariedade subjetiva, todas causando sofrimento à subjetividade do indivíduo. Foi apontado o déficit no plano de cargos e carreiras dos servidores do SUS, em que não há investimento ou incentivo para qualificação, além de ausência de progressão por qualificação, mestrado ou doutorado. Ademais, foi ressaltada a problemática de esperar um longo período para a efetivação da progressão devido às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Destacou-se, ainda, que, por vezes, trabalhadores que buscam qualificação são frequentemente malvistas devido à ausência no serviço, levando ao remanejamento de atividades laborais para outros em face da alta demanda, por tanto, é preciso refletir sobre as relações de trabalho nas equipes nos momentos de procura de formação dos trabalhadores.

Foi enfatizada a precarização intelectual, influenciada pelos avanços tecnológicos e pela inteligência artificial, que, apesar dos benefícios financeiros, segundo os participantes, tende a estimular uma superficialidade no conhecimento e nos processos de trabalho. Abordou-se também a situação dos graduados que ingressam no serviço com deficiências de conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para o desenvolvimento profissional em saúde, destacando a falta de compreensão mínima sobre o SUS durante a formação acadêmica. A qualidade do cuidado e a instrumentalização do trabalho em saúde foram identificados como desafios significativos que apontam para a necessidade de fortalecimento da educação permanente.

Debateu-se que a discussão atual indica que os processos de educação permanente não ocorrem de maneira efetiva, como anteriormente, com mudanças nas ofertas educacionais nos municípios. Foi observado um déficit de envolvimento da comunidade e dos trabalhadores na melhoria dos processos de trabalho, gerado por uma lógica gerencialista que toma como foco metas de atendimento e produção. Durante as discussões, é apontada a precarização de suas vidas, o excesso de demanda e a falta de tempo para qualificação, criticando a frase “trabalhe enquanto eles dormem”. Foram mencionados casos de trabalhadores enfrentando processos administrativos por ausências justificadas para estudos, revelando dificuldades na liberação para essa finalidade.

Nesse sentido, enquanto à relação entre a precarização do trabalho e os impactos na formação, outros desafios apontados durante o debate foram:

- ♦ Existe um incremento de parceiros como OSS, e profissionais com deficiências na formação quando chegam no serviço. Esses contratos de parceria estão focados na produção, por tanto, pensar na possibilidade de a secretaria cobrar às OSS sobre tempos protegidos para a educação permanente.

- ♦ Complexidade do serviço e dos territórios. Como mostrar isso para a gestão?
- ♦ Existe uma ampla demanda da sociedade sobre os serviços de saúde, com maior produtividade.
- ♦ Desafio de formação em saúde mental.
- ♦ Através da PEPS promover essa busca da formação.
- ♦ Articulação entre controle social, trabalho e gestão.
- ♦ Mobilizar os próprios profissionais, colegas de trabalho, ou seja, realizar trabalho interno de sensibilização.
- ♦ Consultar as bases, a realidade, o plano municipal. Necessidade de ouvir as necessidades dos municípios, na construção dos planos.

Com relação aos desafios e possíveis estratégias para articular os campos do trabalho e educação em saúde, o grupo destacou algumas ações, principalmente no âmbito da gestão:

- ♦ Entendimento dos gestores sobre EPS
- ♦ Conferências Municipais de Saúde como espaço de articulação das Escolas.
- ♦ Papel ascendente e descendentes das políticas, pensar na regionalização e descentralização.
- ♦ Articulação entre conselhos, COSEMS e instâncias de gestão na construção dessas propostas.
- ♦ Planejamento regional integrado.
- ♦ Fomento da participação nos conselhos e nas conferências.
- ♦ Comissões CIES também como um processo.
- ♦ Pensar na gestão participativa, e na inclusão de diversos movimentos sociais.
- ♦ Desafio: os movimentos precisam participar dos planos municipais, de gestão do trabalho e educação na saúde.
- ♦ Devido a que nas estruturas existe uma separação entre os campos do trabalho e educação em saúde, persiste o desafio de transversalizar esse processo de integração. A SGTES também ser exemplo dessa integração.
- ♦ Gestão profissional nos territórios.

Ainda nessa problemática, foi destacada a falta de escuta dos municípios na construção de políticas de trabalho que se adequem à realidade local. Assim, foi enfatizada a necessidade de se realizar Planos Regionais Integrados (PRI), bem como a importância das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES) descentralizadas e regionalizadas. A questão da descentralização apareceu como um aspecto relevante, incluindo a reflexão sobre a descentralização de recursos após a aprovação de planos estaduais já que foi questionada quanto à adequação dos valores às responsabilidades nos âmbitos municipal e estadual, afetando a produção de educação permanente.

Adicionalmente, foi enfatizada, também, a importância do estado em mobilizar instituições de controle social para a realização dos planos, reconhecendo que a valorização está intrinsecamente ligada à qualificação, abrangendo aspectos além do financeiro, como liberação para estudos e prevenção de assédio. A gestão do trabalho e os momentos de estudo dentro das equipes foram considerados fundamentais para essa compreensão.



Sobre os desafios atuais da implementação das diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde nos territórios em que atuam as instituições formadoras, houve menção a uma análise anterior do papel da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde e à dificuldade atual em promover políticas de fortalecimento e incentivo à gestão para a criação de espaços de troca e educação permanente. Assim como, foi salientada a importância de ampliar o diálogo em áreas estratégicas e a necessidade de uma gestão coletiva, reconhecendo a educação permanente como um dispositivo crucial.

As Escolas destacaram as seguintes ações e desafios na procura do fortalecimento desse processo de implementação da EPS nos diversos cenários de práticas:

- ♦ Necessidade de discussão sobre a política de EPS.
- ♦ O programa Valoriza como recurso para o Plano Estadual de Saúde. O Programa Valoriza, é pontual! O incentivo financeiro precisa ser pensado com possibilidade de se tornar um processo sustentável, com apoio institucional.
- ♦ Valorização do trabalhador com necessidade de qualificação, assim como considerar os diversos condicionantes que afetam o seu trabalho e formação.
- ♦ Entendimento da EPS como instrumento de gestão do trabalho.
- ♦ Sensibilizar as equipes e aos gestores sobre a necessidade de formação dos seus trabalhadores. Incentivar momentos de estudo/formação das próprias equipes das Escolas.
- ♦ Análise e balizamento sobre o processo de construção e fortalecimento da educação e do trabalho em saúde no período atual.

Em resumo, diversos desafios enfrentados na prática e na experiência foram destacados pelas Escolas; e de modo geral, foi ressaltada também a ampliação do conceito de saúde e a defesa dos princípios do SUS no âmbito da formação e do processo de trabalho em saúde.



26/06/2024
2º DIA DA OFICINA

3. EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO

Mediadora: Giselle Bianca Tofoli – Coordenadora da área de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde da ESP-MG

O segundo dia de Oficina foi iniciado com a prática de automassagem, conduzida pelo Prof. de Tai Chi Chuan e Qi Gong, José Marcelo Salles Giffoni, do Instituto Federal de Minas Gerais (Campus Sabará), um parceiro de trabalho da ESP-MG. Para início da mesa de experiências, a mediadora Giselle Bianca Tofoli deu boas-vindas a todos e apresentou a proposta de condução dos trabalhos no período da manhã.

3.1 SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE EM EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DA ESP-MG

Palestrante: Amanda Nathale Soares – Docente e Pesquisadora da ESP-MG

A mesa de experiências de formação foi iniciada pela apresentação da servidora da ESP-MG, Amanda Nathale Soares. Ao iniciar sua apresentação, Amanda contextualizou que se tratava de um recorte parcial e provisório de experiências de um dos coletivos diversos e plurais de trabalhadoras da ESP-MG, que vem produzindo e disputando sentidos e modos de operar a formação de trabalhadores do SUS, no âmbito da Escola, nos últimos 10 anos. Dito isso, Amanda destacou que sua apresentação seria orientada pelas perguntas: o que envolve o modo ESP-MG de operar a formação no SUS? O que pode a Educação Permanente em Saúde (EPS) na ESP-MG? Destacou, ainda, que esse “modo de fazer” tem crescido a partir dos movimentos e dos esforços empreendidos por trabalhadores da Escola para manter vivo, criativo e possível um ambiente escolar pautado na criação, na invenção, na produção da diferença e na possibilidade de produzir encontros e acontecimentos educativos capazes de mobilizar e produzir novos modos de atuar no SUS. Embora a formação na ESP-MG agregue outros referenciais teóricos, Amanda pontuou que se pode dizer que o referencial teórico-metodológico-ético-político da Educação Permanente em Saúde (EPS) orientou e ainda orienta muito do trabalho desenvolvido na Escola. Com isso, elencou quatro marcas principais que a EPS convoca cotidianamente no trabalho na ESP-MG:

- ♦ EPS como lugar de encontros e de fortalecimento de coletivos
- ♦ Amanda mencionou alguns exemplos em que a EPS se traduziu em lugar de encontros e de fortalecimento do coletivo de trabalhadores. No âmbito da própria ESP-MG, foi destacada a experiência da Capacitação Pedagógica, desenvolvida em 2015, que se desdobrou em um longo processo de institucionalização e transversalização dos sentidos da EPS no cotidiano da escola. Nessa experiência, segundo Amanda, todos os trabalhadores da ESP-MG participaram e, para isso, foram distribuídos em oito



grupos heterogêneos. A experiência da Capacitação Pedagógica envolveu a realização de cinco encontros, com o intuito de possibilitar momentos de reflexão crítica sobre o trabalho desenvolvido na escola e viabilizar um processo de construção coletiva sobre o papel dos trabalhadores na consolidação de uma escola de formação para o SUS. Amanda destacou que, a partir da Capacitação Pedagógica e de outros movimentos de EPS vivenciados institucionalmente, foi ficando evidente a intencionalidade de promover um espaço-tempo favorável ao encontro e à conformação de coletivos. Junto aos alunos da ESP-MG, Amanda ressaltou que, com a intenção de provocar espaços propícios aos encontros e à conformação de coletivos, é ofertado tempo e disponibilidade afetiva para construir com eles momentos sensíveis de partilha. Para isso, são construídas e desenvolvidas várias estratégias, como, por exemplo, visitas à exposição de artes, convite à escrita a partir de memórias e afetos, uso de outras linguagens artísticas para mobilizar encontros e trocas junto aos alunos.

- ♦ EPS como inspiração ético-metodológica para a concepção/construção de ações educacionais

Segundo a Amanda, a EPS também orienta a construção e a proposição de ações educacionais pela ESP-MG. Amanda ressaltou que, em geral, as ações formativas demandadas por atores/instituições externas e/ou aquelas ofertadas sob demanda da própria ESP-MG são construídas de forma coletiva, a partir de uma escuta pedagógica e de um diálogo ativo. Sobre isso, Amanda destacou que distintas estratégias são utilizadas para que os trabalhadores da ESP-MG possam compreender as perspectivas dos diferentes atores sobre o mundo do trabalho no âmbito do SUS, compondo substratos para a proposição de ações educacionais mais consoantes às necessidades dos trabalhadores e das instituições e às necessidades de saúde da população. Entre as estratégias mencionadas, estão oficinas, entrevistas com informantes-chave, visita ao serviço/instituição para conversa com trabalhadores, observação de rotinas de trabalho.

- ♦ EPS como caminho de valorização dos saberes advindos das experiências de trabalho

Segundo Amanda, a terceira marca que caracteriza as ações de formação desenvolvidas pela ESP-MG é a valorização dos saberes advindos das experiências de trabalho. Amanda ressaltou que, de forma geral, as ações educacionais são realizadas já com a compreensão de que os espaços de trabalho são locais de produção de saberes e que, por sua vez, a ação formativa deve partir das experiências dos trabalhadores. Para isso, são utilizadas diferentes estratégias de escuta, de sistematização e também de análise para dar lugar aos conhecimentos e aos saberes advindos das experiências dos trabalhadores que estão participando de alguma ação educativa na ESP-MG. Distintamente, no contexto da produção técnico-científica, Amanda destacou que há uma certa diferenciação, na medida em que as formas clássicas de produção de conhecimento ainda parecem habitar os modos de pensar e de fazer de alunos e de trabalhadores da Escola, como é possível observar, por exemplo, na elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) das especializações. Amanda ressaltou que, subjacente a isso, há ainda a compreensão de uma certa hierarquização de saberes, sendo o saber científico considerado maior e mais importante do que os saberes

produzidos no cotidiano de trabalho. Ainda sobre isso, Amanda mencionou diferentes dispositivos utilizados para fazerem falar os saberes e as experiências de trabalhadores (Ex.: produção de livros junto aos alunos, organização de mostras de experiências, mostras de objetos e afetos, etc.).

- ♦ EPS como caminho para uma formação crítica e reflexiva

Amanda destacou que uma quarta marca que a EPS inscreve no modo de realizar a formação em saúde refere-se à formação crítica e reflexiva, que exige ampliar o olhar e a compreensão do que tensiona o trabalho e os trabalhadores no âmbito do SUS. Para tanto, Amanda destacou a importância da incorporação, de forma sistemática, de discussões, junto aos alunos, sobre processos de construção e de implementação de políticas públicas de saúde, bem como sobre fatores sociais, políticos e econômicos que estão por trás da definição de determinados programas de saúde propostos por instâncias federal/estaduais/municipais. Sobre isso, Amanda também pontuou que o espaço aberto para a escuta e o debate tem possibilitado que os alunos-trabalhadores compartilhem suas percepções e suas vivências cotidianas sobre as potências e as fragilidades de um ou outro programa de saúde proposto.

Finalizando a sua fala, Amanda destacou que trabalhar na ESP-MG é habitar um cotidiano escolar, de natureza política, no qual há disputas entre práticas de educação, de gestão e de outros movimentos que daí se desdobram. Reiterou que experimentar e fortalecer esse modo ESP-MG de operar a formação no SUS é seguir habitando este território escolar, selecionando encontros e investindo nos movimentos que permitem reinventar os modos de existir e de operar a formação em saúde no SUS.

3.2 PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Palestrante: Fabiano Ribeiro dos Santos – Diretor do Instituto Capixaba de Ensino e Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi)

Fabiano dos Santos iniciou sua fala agradecendo pelo convite à coordenação da RedEscola e da ESP-MG. Em sequência, realizou uma contextualização sobre a criação do Instituto Capixaba de Ensino e Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), que se deu por meio de Lei Complementar Estadual, publicada no ano de 2019. Segundo Fabiano, o ICEPi busca desenvolver o ensino, a pesquisa e a criação de soluções e de tecnologias que contribuam com a eficácia e a qualidade dos serviços prestados no SUS. Ressaltou que sua apresentação se restringiria a um dos diversos programas e projetos de formação que o Instituto vem desenvolvendo: o Projeto de Educação Popular em Saúde.

Sobre o Projeto de Educação Popular, Fabiano contou que surgiu do encontro entre as reivindicações dos movimentos populares, especialmente do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), e a proposta de trabalho da equipe técnica do próprio ICEPi. Fabiano ressaltou o forte crescimento do MAB, nos últimos anos, por conta dos desastres ambientais que aconteceram em Minas Gerais e que afetaram o Espírito Santo, ao atingirem toda a bacia do Rio Doce e o litoral capixaba de Sul a Norte. Entre os efeitos do desastre ambiental, Fabiano destacou em sua fala: regiões com morte considerável de corais e comprometimento

da pesca por conta da contaminação das águas por metais pesados, o que afetou a comunidade ribeirinha da bacia do rio, as comunidades pesqueiras, os povos originários (concentração de população indígena em áreas atingidas), etc. Informou, ainda, que o Projeto, pautado nas bases da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS), foi criado/formalizado por meio de uma Portaria publicada em janeiro de 2020. A partir de então, a equipe elaborou planos de trabalho para implementação do Projeto, os quais culminariam nos seguintes produtos: mapeamento de movimentos sociais e práticas de educação popular em saúde; formação pedagógica em educação popular em saúde; instituição de grupos de trabalho de educação popular em saúde; criação de comitês regionais de educação popular em saúde; e formação de conselheiros de saúde municipais e estaduais. Destacou, ainda, que o Projeto/ação educacional se desenvolveu de forma totalmente ascendente, em uma relação de constante diálogo, inclusive sobre as bases metodológicas a serem utilizadas.

Segundo Fabiano, o objetivo principal do Projeto era, nessa relação com os movimentos sociais, principalmente no primeiro momento, fomentar a discussão sobre a saúde das pessoas que moravam nas localidades afetadas. Fabiano lembrou, ainda, que, nos dias de hoje, é possível observar que as consequências do desastre são muito maiores, porque já aparecem agravos relacionados à Saúde Mental, decorrentes de processos judiciais com a empresa e/ou da retirada das pessoas de locais em que viviam e/ou trabalhavam. Outros objetivos do Projeto são:

- ♦ Propiciar uma formação crítica em saúde e a inserção de sujeitos historicamente aliçados aos processos decisórios na saúde pública capixaba;
- ♦ Mobilizar a rede de atenção e cuidado em saúde, fortalecendo as relações entre sujeitos individuais e coletivos com trabalhadores e gestores do SUS;
- ♦ Mapear as práticas e os movimentos de Educação Popular em Saúde para fomentar a PNEPS no estado;
- ♦ Construir o mapeamento territorial, comunitário e regional como estratégia de reconhecimento e de organização coletiva das práticas de Educação Popular em Saúde;
- ♦ Fortalecer a participação popular nas regiões de saúde através da organização social e integração com os Conselhos Locais e municipais e da articulação dos movimentos sociais e trabalhadores de saúde que estão nos territórios, promovendo diálogo entre essas experiências e os serviços de saúde;
- ♦ Fortalecer os movimentos sociais e populares, bem como os territórios atingidos pelas barragens, ribeirinhos, comunidades quilombolas, acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, povos tradicionais, com ações propostas na PNEPS-SUS nas regiões de saúde do estado do Espírito Santo; e
- ♦ Impulsionar práticas educativas em saúde, de forma coletiva, tendo a cultura como referência para que haja o encontro entre os saberes acadêmicos/científicos e os saberes populares.

Fabiano destacou que o Projeto selecionou 20 educadores populares, pessoas do próprio território, os quais realizaram um diagnóstico e, em seguida, a estruturação de planos de ação. Fabiano compartilhou fotografias de alguns dos momentos vivenciados junto aos militantes e às lideranças de movimentos sociais e aos trabalhadores dos serviços de saúde

das regiões. Destacou, ainda, que essa formação não se trata de uma ação tradicional, em que os conteúdos já são pré-definidos pela equipe técnica da instituição formadora. Ao contrário, segundo Fabiano, foi uma ação construída com os atingidos por barragens, os camponeses, os agentes comunitários de saúde, a juventude do campo e da cidade, as mulheres periféricas, os ribeirinhos, as parteiras, a comunidade indígena, o coletivo LGBT, entre outros. Sobre isso, compartilhou que, embora inicialmente a demanda tenha advindo do MAB, ao longo do processo foram sendo incorporados outros coletivos e movimentos sociais identificados nos territórios.

Ao final de sua apresentação, Fabiano apresentou indicadores da primeira turma realizada, entre os quais estão: 17 educadores formados; 159 encontros realizados; quase 2 mil experiências de educação popular em saúde mapeadas; participação de 410 profissionais/gestores e de 1478 comunitários nos encontros realizados. Fabiano destacou também a importância da relação com os movimentos sociais para o êxito do Projeto, na medida em que os movimentos possuem um papel ativo na mobilização das pessoas para participação nas ações. Além dos indicadores alcançados, Fabiano informou que, ainda no âmbito do Projeto, foi produzido e lançado um livro intitulado “Do rio ao mar”, inspirado nas cartas pedagógicas de Paulo Freire. Finalizou sua fala informando que iniciaram em maio a segunda turma, abrangendo outras regiões.

3.3 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE

Palestrante: Patrícia Araújo Soares – Diretora da Divisão de Educação da Escola Municipal de Saúde de São Paulo

Dando sequência às exposições de experiências das instituições formadoras da região Sudeste do país, Patrícia Araújo Soares iniciou sua fala agradecendo o convite e dizendo de sua satisfação em participar de um ambiente com discussões tão ricas, sobretudo em um momento em que estão revisitando o que é ser Escola Municipal de São Paulo. Inicialmente, Patrícia contou um pouco da história da Escola Municipal de Saúde e do desafio de traduzir o papel da escola em ações pedagógicas que tenham impacto nas necessidades de saúde e na vida do trabalhador. Reiterou que a Escola se vê no papel de defender a necessidade de saúde e compreender a complexidade do mundo do trabalhador. Em uma linha do tempo, Patrícia apresentou alguns marcos que antecederam a constituição da Escola Municipal de Saúde, anteriormente conhecida como CEFOR (Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde). Em 2011, o CEFOR passou a se chamar Escola Municipal de Saúde, mesmo ano em que é criada a Biblioteca Virtual em Saúde; em 2016, a Comissão Municipal de Residências, a Comissão de Residência Multiprofissional e Área Profissional da Saúde e a Comissão de Residência Médica em Rede passaram a integrar a Escola e, em 2024, houve mudança da sede da Escola, que passou a funcionar no mesmo prédio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São Paulo. Sobre a mudança da sede, Patrícia destacou que seus colegas avaliaram como um ganho, devido à proximidade e às conexões diretas com as áreas técnicas da SMS do município. Patrícia apresentou a missão, a visão, os valores da Escola Municipal de Saúde e, ainda, o site que dá acesso ao Observatório dos Trabalhadores da Escola, os quais

estão inseridos em áreas/setores distintos, a saber: diretoria e assessoria, núcleo de documentação, núcleo de comunicação, divisão de educação e divisão de ensino. Em seguida, apresentou o organograma da Escola, dando destaque, em sua fala, às ações inseridas na Divisão de Ensino e Serviço da Escola: a Comissão de Residências em Saúde da SMS de São Paulo e o COAPES (dos Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino-Saúde). Em termos numéricos, trata-se de 12 categorias profissionais em residências de saúde, oito COREMES, um COREMU, quatro programas de residência multiprofissional, quatro programas de residência em área profissional de saúde e 58 programas de residência médica (distribuídas em 33 especialidades médicas). Segundo Patrícia, são, nos dias de hoje, 685 residentes em curso, sendo 685 alunos da Residência Médica e 111 da Multiprofissional. Patrícia destacou que a 8ª COREME, criada em 2014 com proposta de realizar os programas de residência nos três níveis de atenção (primário, secundário e terciário) da Rede Municipal de Saúde da Prefeitura de São Paulo, é a grande defensora dos Programas de Residência. No âmbito dos Programas de Residência, Patrícia ressaltou que a valorização e o reconhecimento do trabalho dos preceptores são um dos principais desafios, na medida em que exerce a função de trabalhador e de professor, simultaneamente.

Sobre a Divisão de Educação da Escola, considerada uma área de gestão de projetos educacionais ancorada nos princípios da Educação Permanente em Saúde, Patrícia fez menção ao Plano Municipal de Educação Permanente (PLAMEP), resultado do planejamento coletivo das ações educativas para a Rede, e à Escola Técnica do SUS, na qual são desenvolvidos os cursos de educação profissional em saúde. Contextualizou, ainda, que a construção do PLAMEP é ancorada no Plano Municipal de Saúde, na Programação Anual de Saúde e no Relatório Anual de Gestão.

Finalizando a apresentação, Patrícia apresentou alguns resultados do 1º quadrimestre de 2024: mais de 74.500 participantes em ações educativas, exceto cursos (ex: fóruns, grupos de discussões, grupos de trabalho, entre outros); 27.774 alunos inscritos nos cursos ofertados, com uma taxa de conclusão de 81%.

PLENÁRIA DAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO – PARTE I

Ao final da apresentação da terceira expositora, a mediadora **Giselle Tófoli** abriu o debate para que os participantes pudessem fazer comentários e/ou perguntas.

Juliana Santos, da ESP-MG, pediu a palavra para compartilhar uma experiência de educação popular em saúde desenvolvida pela ESP-MG junto às lideranças do Movimento Sem Terra. Relatou que a ação foi desenvolvida junto às mulheres de acampamentos e assentamentos e que, ao final, produziram, coletivamente, um material para trabalharem com as mulheres assuntos relacionados à agroecologia e às questões de saúde/adoecimento. Segundo Juliana, o período em que a ação foi desenvolvida foi interessante, porque, à época, o movimento comemorava 20 anos do setor saúde em Minas Gerais e 30 anos da constituição do SUS. Reforçando a fala do palestrante Fabiano sobre os desafios de se realizar uma ação de educação popular junto a movimentos sociais, no âmbito de uma instituição burocrática, Juliana relatou que na escola também foram enfrentados diversos desafios, ten-



do sido uma ação considerada “fora da caixa”. Em que pesem os desafios, Juliana destacou que a experiência foi riquíssima. Mencionou também sobre o desenvolvimento, ainda em curso, de um outro material, com as mulheres transexuais, que integra uma série de biografias, escritas de forma coletiva, junto às mulheres, iniciativa conduzida pela ESP-MG e pela Fundação João Pinheiro.

Márcia Fausto, coordenadora da RedEscola, iniciou sua fala, emocionada, dizendo da alegria de estar ali naquele momento e da escolha acertada em construir espaços mais regionais, mais aproximados e que possibilitem às escolas se mostrarem, mostrarem o quanto são potentes, produtivas, que estão se reinventando e construindo caminhos para pensar a educação na saúde. Agradeceu à Patrícia, superintendente de Educação e Pesquisa da ESP-MG, pela parceria na organização da Oficina. Em sequência, Márcia situou que ficou instigada pela fala da Patrícia Soares, da Escola Municipal de São Paulo, sobre a complexidade que envolve o processo de integração-ensino-serviço e pediu que ela contasse um pouco sobre como estão caminhando com o Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES) na cidade de São Paulo.

Em resposta à Márcia Fausto, **Patrícia Soares** disse que o que fazem hoje é seguir à risca o que traz o documento (referindo-se ao documento do Ministério da Saúde que orienta sobre o COAPES). Referiu que ainda há muito a crescer e melhorar no que se refere à integração ensino-serviço. Patrícia situou que, sobre o COAPES, hoje eles têm participação nos conselhos e um comitê que se reúne periodicamente. Um dos grandes desafios, segundo Patrícia, é que ele seja cada vez mais representativo. Patrícia destacou, ainda, que tem trabalhado muito os processos de organização da contratação de especialistas via COAPES e das parcerias com as instituições de ensino, sendo as parcerias uma grande potência para o trabalho da Escola. Com a parceria, por meio do COAPES, eles conseguem viabilizar importantes campos de estágio para a formação dos profissionais (ex: hospitais da USP, Unifesp, hospital do rim, etc.). Patrícia contou também que acabaram de ter um curso de telessaúde para implantação dos consultórios de telessaúde/teleatendimento, diminuindo, assim, o tempo de espera do usuário para o atendimento com especialistas. Para finalizar, Patrícia pontuou que gostariam de fazer um grande comitê de discussão sobre se e como o COAPES vem sendo implementado e sugeriu que a temática fosse incluída na pauta de discussão nacional.

Rodrigo Machado, da ESP-MG, agradeceu a contribuição dos expositores da primeira parte da manhã e destacou a experiência que o Fabiano (ICEPi) trouxe de educação popular junto aos movimentos sociais, colocando como essas ações convocam as instituições de ensino a repensarem seus processos e seus modos de fazer a educação permanente em saúde. Na sequência, Rodrigo direcionou sua fala à palestrante Amanda, comentando sobre o modo ESP-MG de realizar processos formativos nos últimos anos, e perguntou como ela percebe que as marcas da educação permanente em saúde atravessam a produção de pesquisa e que tensões o referencial da educação permanente tem provocado nos processos de investigação científica.

Amanda Nathale respondeu ao colega Rodrigo dizendo que acha interessante convocar essa pergunta sobre como tem sido esse movimento da Escola nos processos de pesquisa. Situou para o público da Oficina que na ESP-MG tem sido vivido um movimento mais recente de incorporação de atividades de pesquisa no cotidiano de trabalho, dado que o desenvolvimento de pesquisa é também uma missão da Escola. Sobre a provocação do colega em relação ao diálogo entre educação permanente e produção de pesquisas na ESP-MG, Amanda sinalizou que, pensando nos dois projetos de pesquisa em que está envolvida, o que suscitou as investigações e a definição de objetos das investigações foi justamente o encontro com trabalhadores do SUS nos espaços de educação permanente de saúde. Uma das pesquisas, por exemplo, que busca conhecer aspectos do funcionamento e da organização de serviços da atenção ambulatorial especializada financiados pelo Estado, nasceu de um projeto estratégico do estado de Minas Gerais voltado à formação de profissionais que trabalham nesses serviços. Com a implementação do projeto, criaram-se relações com esses profissionais e foi possível observar e conhecer experiências potentes produzidas nos serviços de atenção ambulatorial especializada. Como desdobramentos dessa relação, foi realizada uma oficina de escrita com os profissionais, foi produzido um livro e também pensado um projeto de pesquisa para entender mais sobre o funcionamento e a organização desses serviços no estado. Sobre isso, Amanda destacou que “o objeto de pesquisa nos encontra, nos capta, a partir desse modo como a gente trabalha, do encontro nas relações de formação e de trabalho”. Outro exemplo citado pela Amanda foi a pesquisa sobre a formação de instrutores de Tai Chi Chuan. Segundo Amanda, a ideia da pesquisa também nasceu do desenvolvimento de uma ação educacional junto aos profissionais atuantes nos polos das academias da saúde e, na medida em que desenvolviam a formação, foram percebendo a necessidade de investigar sobre como que se aprende uma prática corporal da medicina tradicional chinesa. Com esses dois exemplos, Amanda finalizou dizendo que “a caminhada afetiva, por meio da educação permanente em saúde, tem nos convocados a pensar a pesquisa aqui na escola. Vamos mudando também nossas compreensões sobre os modos de pesquisar”.

Rodrigo Machado, da ESP-MG, também direcionou uma pergunta ao palestrante Fabiano: “considerando que o ICEPi trabalha muito em torno de projetos e com a potencialidade/capacidade de criar grupos a partir de bolsas, como se dá a organização do trabalho, considerando o quadro fixo de trabalhadores e o quadro de prestadores de serviços via bolsas para a implementação dos projetos do Instituto?”

Em sua resposta, **Fabiano dos Santos** mencionou que o arcabouço legal deu subsídio para que eles pudessem trabalhar dessa forma e que pudessem se reinventar para atender às necessidades do sistema. Trazendo a questão para uma realidade concreta, Fabiano contou que o Programa de Bolsas possibilitou que a instituição organizasse o Programa Qualifica APS. Explicitou que existe a estrutura do Instituto, com alguns cargos de gestão e de gerência, alguns servidores alocados na instituição à frente de algumas coordenações, mas que a Escola não possui número de servidores suficiente para ocupar todas as funções da Escola. Sobre esse “modelo de pagamento” por meio de bolsas, Fabiano mencionou que tem sido praticado por várias outras instituições, a exemplo da OPAS e do Ministério da

Saúde. Retomando as informações sobre o Qualifica APS, Fabiano relatou que eles possuem hoje no Programa 1.400 profissionais em formação (médicos, dentistas, enfermeiros, profissionais do consultório na rua, etc.), atuantes em 68 municípios. Contou que o Espírito Santo tinha a pior cobertura de APS da região Sudeste e que hoje é a melhor cobertura, contando, para isso com o apoio do Programa. Fabiano mencionou, ainda, que os indicadores das unidades envolvidas no Qualifica APS apresentam melhores desempenhos. Ainda sobre a ampliação das possibilidades de se operar ações formativas por intermédio do Programa de Bolsas, Fabiano trouxe como exemplo o fato de que todos os docentes médicos do Qualifica APS são médicos titulados em saúde da família, os quais possivelmente não se manteriam em um quadro efetivo da Secretaria de Estado de Saúde. Embora esse formato tenha levantado reflexões e questionamentos sobre o cenário de precarização, Fabiano mencionou que também é preciso pensar em formas de fazer o sistema de saúde se desenvolver. Ainda em sua fala, trouxe reflexões sobre a necessidade de as escolas reverem suas estratégias de gestão do trabalho, sobretudo de trabalhadores jovens, afirmando sobre a necessidade de ativar processos criativos e de garantir mais liberdade para se trabalhar. Para finalizar, Fabiano compartilhou algumas informações sobre o contexto e a conjuntura política para a criação do ICEPi, o qual, desde então, vem desenvolvendo um rol de ações que vão do EdPop a produtos tecnológicos patenteados. Fabiano destacou que, nos dias de hoje, todas as subsecretarias da SES do estado possuem em seu planejamento ações que precisam do ICEPi para o seu desenvolvimento, o que contribui para que o instituto se torne, cada vez mais, imprescindível e essencial. Mencionou que a defesa do instituto passa também pelas secretarias municipais de saúde, devido à capilaridade das ações de formação realizadas.

Dado o avançar da hora, a mediadora **Giselle Tofoli** encerrou as inscrições para manifestações da audiência e convidou os participantes para o *coffee break*. Após o intervalo, as atividades da segunda parte da manhã foram retomadas.

3.4 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA – MODALIDADE EAD

Palestrante: Gideon Borges dos Santos – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz

Gideon dos Santos iniciou dizendo que iria apresentar a ideia de um programa de formação que contemplava o Curso de Saúde Pública em EaD, que está em construção. Resaltou que não era uma ideia recente e que se baseava em projetos semelhantes realizados por outras instituições e pela própria ESNP em um outro nicho. Gideon explicou que a Escola Nacional de Saúde Pública é uma unidade técnico-científica da Fiocruz e que é vinculada ao Ministério da Saúde, mas que também é uma escola nacional e, por isso, a ENSP é bastante cobrada para que ela esteja nos mais diversos territórios do país.

Segundo Gideon, a concepção da Especialização em Saúde Pública em EaD vem da ideia de se organizar a formação em alguns programas, modelo que a ENSP já tem em algumas experiências, mesmo com muitas limitações e dificuldades. Nesse sentido, a proposta é a integração entre os diversos níveis de formação: cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de atualização. No entanto, Gideon afirmou que o desafio de tal modelo é fazer

com que essa integração não seja isolada, fragmentada, e que se torne um processo potente do ponto de vista prático.

Gideon explicitou que a inspiração para a criação de uma especialização organizada em programas se deu a partir de três experiências. A primeira foi o curso de formação de professores da Universidade da Bahia, que era organizado por ciclos, na modalidade presencial, e com o uso de tecnologias e atividades planejadas no currículo propostas pelos próprios alunos a cada semestre. O curso não era organizado em disciplinas, mas em oficinas de trabalho, grupo de estudo, oficina de literatura, grupos de estudos cinematográficos, palestras, entre outros. A segunda experiência, segundo Gideon, foi a do Curso de Medicina com formação generalista, também ofertado pela Universidade Federal da Bahia, que era organizado por ciclos de vida. A terceira inspiração foi o programa de pós-graduação *stricto sensu*, que tem um conjunto de atividades voltadas exclusivamente para mestrandos, outras voltadas para os doutorandos, outras que atendem a esses dois grupos e outras, ainda, que atendem a outros programas. Segundo Gideon, seria possível diversificar e trazer essa ideia para o *lato sensu*, em um programa envolvendo a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização.

Gideon afirmou que o curso ainda está em construção e que a ideia é que tenha um núcleo comum que daria os fundamentos para as demais áreas, envolvendo os cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização. O currículo seria organizado de forma que um tema tratado na atualização possa ser também parte de uma especialização.

3.5 POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E A DESCENTRALIZAÇÃO NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE DISTRITAIS (NEPS)

Palestrante: Priscila de Paula Marques – Coordenadora Técnica Pedagógica do Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital de Campinas

Priscila Marques iniciou dizendo que iria apresentar a Política Municipal de Educação Permanente que está em construção, contextualizar a trajetória do município de Campinas e explicitar o que tem sido feito nos Núcleos de Educação Permanente em Saúde Distritais (NEPS).

Segundo Priscila, o setor responsável por esse trabalho ainda é o departamento de ensino, criado há um ano, mas almeja que, no futuro, seja a Escola de Saúde Pública de Campinas. O departamento foi criado a partir do Centro de Educação dos Trabalhadores de Campinas (CETS), que era ligado ao Departamento de Gestão do Trabalho e que contou com sujeitos-chaves que ajudaram a levar a Educação Permanente em Saúde para o município e a incorporá-la nas práticas cotidianas dos trabalhadores.

Priscila explicitou que o Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital de Campinas (DEPS) é ligado diretamente ao Gabinete da Secretaria e é responsável pelo ensino, pela pesquisa, pela saúde digital e pela residência, com a missão de “coordenar o processo de integração ensino, serviço e comunidade no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, fomentando inovação, produção tecnológica e científica, com ênfase na atenção primária à saúde, a partir das necessidades sociais e do Sistema Único de Saúde no município de Cam-

pinas/SP". Segundo Priscila, o Departamento é dividido em três coordenadorias: Acadêmica, Técnico-Pedagógica e Saúde Digital - SUS Campinas. Criado em 29/06/2023, o Departamento tem diretrizes e competências pautadas na integração ensino-serviço-comunidade, EPS, inovação e pesquisa.

Embasado na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e nos resgates históricos do CETS, o DEPS propôs uma Política Municipal de Educação Permanente em Saúde para Campinas. Priscila esclareceu que cada distrito de saúde tem um apoiador do DEPS, chamado de apoiador de ensino, que tem como função ver nos territórios quais são as necessidades e fazer de forma ascendente o planejamento das ações. Segundo Priscila, neste momento, os apoiadores estão fazendo parte das equipes dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), que são compostos também por gestores, profissionais, representantes das equipes.

Uma experiência que ajudou a fortalecer os NEPS distritais, segundo a Priscila, foi um projeto da Secretaria Municipal de Saúde que teve como objetivo criar os núcleos de educação permanente e fortalecer os existentes. A primeira parte foi a formação de facilitadores em Educação Permanente, que formariam multiplicadores e iriam para cada unidade básica desenvolver ações de Educação Permanente. Priscila colocou que o projeto ainda está em andamento e tem como pressuposto a aprendizagem significativa, dentro da perspectiva da Educação Permanente em Saúde.

3.6 ESTAÇÃO DE PESQUISA DE SINAIS DO MERCADO DE TRABALHO E A REDE OBSERVATÓRIO DE RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE (RORHES)

Palestrante: Raphael Augusto Teixeira de Aguiar – Coordenador acadêmico do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON) da Universidade Federal de Minas Gerais

Raphael de Aguiar iniciou sua apresentação contextualizando que o Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON) da Universidade Federal de Minas Gerais tem 41 anos, integra a RedEscola e, assim como NESCS de outras universidades, contribuiu com o movimento da Reforma Sanitária.

Segundo Raphael, a Estação de Pesquisa de Sinais de Mercado (EPSM) veio mais tarde, em 1999, como resultado de um trabalho com a OPAS para criar a rede de observatório de recursos humanos. A Estação tem como propósito o monitoramento dos sinais de mercado de trabalho em saúde e o desenvolvimento de metodologias de pesquisa e de avaliação da força de trabalho em saúde, incluindo aspectos da gestão, da formação, da regulação profissional e da dinâmica dos mercados de trabalho. Raphael destacou que a EPSM tem como objetivos: reunir, produzir, analisar e disseminar informações sobre força de trabalho, mercado de trabalho e regulação profissional em saúde; e desenvolver e aplicar metodologias inovadoras para avaliação e pesquisa no campo da força de trabalho em saúde.

Raphael explicitou, ainda, que a Estação concentra seu trabalho de investigação nos seguintes temas: mercado de trabalho em saúde, relações de trabalho, sistemas de remunera-

ção, regulação profissional, gestão e planejamento de força de trabalho em saúde e gestão pública. As atividades da EPSM são:

- ♦ Monitoramento de sinais de mercado de trabalho em saúde (dados secundários e registros administrativos oficiais, survey etc.)
- ♦ Realização de survey online e por Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador (ETAC)
- ♦ Realização de Diálogos Online, convenções e grupos focais online
- ♦ Realização de trabalhos de campo, entrevistas em profundidade, grupos focais etc.
- ♦ Acompanhamento das demandas de regulação profissional
- ♦ Identificação de desequilíbrios entre oferta e demanda de profissionais de saúde
- ♦ Identificação e mapeamento de áreas de escassez de profissionais de saúde
- ♦ Realização de Experimentos de Escolha Declarada (Discrete Choice Experiments - DCE)
- ♦ Consultorias internacionais

Em relação aos trabalhos realizados, Raphael colocou que a Estação já fez muitos trabalhos ao longo dos anos, entre os quais foram destacados: criação do Sistema Integrado de Acompanhamento e Disseminação de Informações sobre Mercado de Trabalho em Saúde (SIADI), ligado à Rede de Observatório; desenvolvimento e organização das ações básicas de Vigilância Sanitária em municípios brasileiros a partir da implantação do PAB/VISA: um estudo exploratório; mobilização de Agentes Solidários do PROFAE; levantamento da despreciação do trabalho em saúde no Brasil; impacto do programa Mais Médicos no cenário de escassez – realização do índice de escassez; entre outros.

Hoje, segundo Raphael, o NESCON realiza diversas pesquisas dentro da Estação, como, por exemplo, o estudo para proposição de estratégias de fixação de profissionais de saúde através de metodologia para alocação de vagas de Residência Médica, Multiprofissional e Uniprofissional e sobre a estrutura e a dinâmica sociodemográfica multiprofissional do mercado de trabalho em saúde.

PLENÁRIA DAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO – PARTE II

Ao final das apresentações, a mediadora **Giselle Tofoli** abriu o debate para que os participantes pudessem fazer comentários e/ou perguntas.

Amana Santana, da SGTES/MS, ressaltou que as palestras reforçaram a potência das escolas e das instituições de ensino no fortalecimento do SUS, na valorização do trabalhador e na qualificação da assistência em saúde. Referindo-se à fala do Fabiano, Amana reiterou o desafio de integrar a gestão da educação e a gestão do trabalho no sentido de fazer com que os residentes formados no sistema estejam trabalhando no SUS e perguntou se existe no Espírito Santo um programa para manter os residentes no serviço.

Anísia Chaves, da ESP-MG, pontuou que Educação Permanente na escola vem se construindo no sentido de poder buscar avanços para as questões das equidades em saúde



e afirmou que o uso da educação permanente nos permite focar sempre na dimensão da saúde do trabalhador, a partir do momento em que são realizados convites para que se posicionem nas questões da equidade. Afirmou que esse é um caminho importante. No âmbito da pesquisa e do ensino, Anísia colocou que a pesquisa também pode nos levar ao ensino e que são caminhos que nos retroalimentam na escola.

Ethiara Macedo, do COSEMS/MG, parabenizou os palestrantes pelas falas e a ESP-MG, destacando a importância da escola como instituição formadora do SUS. Ethiara destacou que esse movimento da RedEscola também fortalece a escola e a própria rede. Marcou, ainda, a importância de se convidar a gestão municipal, a gestão estadual e os conselhos para participarem desses espaços para que se fortaleçam ainda mais as escolas.

Lucca Martins, da SES-MG, também agradeceu ao convite para participação no evento, que, segundo ele, possibilitou várias reflexões para a equipe que ele coordena.

Fabiano dos Santos respondeu à Amana, dizendo que é um desafio e que as relações que possuem para fazer editais das residências têm ajudado a trazer profissionais de outros estados. Fabiano destacou, no entanto, que sempre existe a discussão de que o profissional não permanece no serviço depois, mas que ele supre uma necessidade dos vazios assistenciais naquele momento. Discutir as carreiras para o SUS, segundo Fabiano, é muito mais amplo e necessário e, por isso, é preciso pensar em dar reais condições para fixar trabalhadores nos serviços. Fabiano colocou, ainda, que não dá para ser uma empresa terceirizada para realizar o serviço em saúde; é preciso dar condições, concurso público, pesquisas. Colocou também que não é o valor do salário que fixa trabalhador, mas condições de trabalho. Fabiano encerrou sua fala dizendo que é uma discussão muito ampla, mas que, com o apoio da gestão, são possíveis entregas mais assertivas.

Gideon dos Santos, Priscila Marques e Rafael Aguiar agradeceram a oportunidade de apresentar, (re)significar os conhecimentos e estabelecer parcerias. **Rafael** também ressaltou a importância de se investir em gente, pois gente é que faz saúde. Na sequência, **Mara Tanure, diretora da ESP-MG**, agradeceu pela presença de todos. **Márcia Fausto, coordenadora da RedEscola**, aproveitou a oportunidade para agradecer à Mara e à Patrícia pelo acolhimento e pela disponibilidade para receber a oficina da RedEscola. Agradeceu também a todo o coletivo da ESP-MG.

4. REUNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REDESCOLA DA REGIÃO SUDESTE ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO EM REDE E PROPOSIÇÕES

Os representantes das Instituições Formadoras da região Sudeste que compõem a RedEscola se reuniram para estabelecer propostas e encaminhamentos a partir dos trabalhos realizados durante os dois dias de oficina:

- ♦ ESP-MG: Professora Patrícia de Oliveira
- ♦ Universidade Federal do Espírito Santo - UFES /Centro de Ciências da Saúde (CCS): Prof Luiz Carlos de Abreu
- ♦ UFRJ - Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (IESC): Professora Neide Emy Kurokawa e Silva
- ♦ UNICAMP / Faculdade de Ciências Médicas (FMC): Professor Edison Bueno
- ♦ UFF - Departamento de Planejamento em Saúde do Instituto de Saúde Coletiva: Professor Luiz Albérico Araújo Montenegro
- ♦ Departamento Ensino, Pesquisa e Saúde Digital - DEPS Secretaria Municipal de Saúde / Prefeitura Municipal de Campinas: PROF^a PRISCILA DE PAULA MARQUES
- ♦ UERJ / Instituto de Medicina Social (IMS): Professora Márcia Silveira Ney
- ♦ USP / Faculdade de Saúde Pública (FSP): Prof^a Cleide Martins
- ♦ ESP-BETIM: Professora Daniela Silveira
- ♦ UFMG / Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON): Prof. Raphael Aguiar
- ♦ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: Prof. Gideon Borges
- ♦ Escola Municipal de Saúde | Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo: Prof^a Patrícia Araújo Soares
- ♦ Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação - Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo - ICEPi/SES-ES: Prof. Fabiano Santos

4.1 ENCAMINHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DA REDE A PARTIR DA OFICINA SUDESTE

- ♦ **Gestão do trabalho e educação na saúde**, como principal problemática. **Elaboração de proposta e encaminhamento ao ministério**, com vias de saída. Necessidade de pactuação com a gestão.

- ♦ Desafio de integração da EPS com o trabalho e que não se resolvem no campo da educação, assim como, deveria ser pauta de uma **proposta da RedEscola para a conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.**
- ♦ Sobre preceptorias, refletiu-se sobre a necessidade de **elaborar uma política pública para preceptorias no SUS.** Destacou-se a **articulação entre ensino-serviço** e a reflexão sobre a valorização desses profissionais.
- ♦ Questões presentes: **o fortalecimento dos encontros entre as Escolas e a universidade.** Como aproveitar a integração entre universidade e Escolas também se apresentou **como uma pauta para a RedEscola,** pensar nesses espaços de encontro, para além da participação, incidir na produção de ações também em conjunto. Concordeu-se que é preciso aprofundar a discussão para o Encontro Nacional e **reforçar a integração ensino e serviço na própria rede, como pauta para o Encontro Nacional da RedEscola.**
- ♦ No contexto da diversidade de experiências considerou-se a possibilidade de **chamar mais instituições para participar na Rede.**
- ♦ Proposta: procurar as temáticas/pautas já está sendo discutido nas conferências municipais e estaduais, para não repetir o que já está sendo proposto para a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.
- ♦ Enfatizou-se a necessidade de encaminhar questões para a CNGTES, no sentido do reconhecimento do papel das Escolas.
- ♦ Refletiu-se sobre os lugares de tomada de decisão, como tensionar esses espaços como Escolas e sair do fortalecimento e ir além. Nesse caminho, deve-se procurar estratégias de articulação com o controle social e com o Conselho Nacional.
- ♦ **Proposta de realizar uma conferência Livre para chegar com propostas na Conferência Nacional.** Ver a possibilidade de fazer uma Conferência Livre Nacional, e se a RedEscola vai discutir um eixo ou os três eixos propostos dentro da temática da Conferência.



ANEXOS

ANEXO 1 – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA REGIONAL SUDESTE – REDESCOLA¹

Dia 25/06 – terça-feira

8h30 – 9h 2º andar	Recepção e credenciamento
9h – 9h40 Auditório	Cerimônia de Abertura - Comemoração 78 anos ESP-MG Marina Queirós Cury – Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais Mara Guarino Tanure – Diretora-geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Márcia Fausto – Coordenadora da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública Livia Milena Barbosa de Deus e Mélo - Diretora do Departamento de Gestão da Educação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde
9h40 – 10h20 Auditório	Mesa de Abertura: Promoção da equidade e fortalecimento do controle social no SUS Mediação: Patrícia de Oliveira – Superintendente de Educação e Pesquisa em Saúde da ESP/MG <i>Palestra: Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde</i> Amana Santana de Jesus – Assessora do Gabinete da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde
10h20 – 10h40	Intervalo
10h40 – 12h auditório	<i>Relatos de Experiências</i> <i>Equidade LGBT e formação docente: “o avesso do mesmo lugar”</i> Luiz Montenegro – Professor da Universidade Federal Fluminense <i>Fortalecimento do controle social, por meio do desenvolvimento de ações educacionais para membros dos conselhos de saúde no SUS, em Minas Gerais.</i> Daniel Fernandes – Coordenação de Política, Planejamento e Gestão em Saúde – ESP/MG
12h – 13h30	Intervalo para almoço
13h30 – 16h30 Auditório e Salas de aula	Desafios para as políticas públicas de gestão da educação e do trabalho em saúde Coordenação: Márcia Fausto – Coordenadora da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública <i>Palestra: Articulação de Redes de Educação Permanente e Formação em Saúde: em defesa do SUS</i> Livia Milena Barbosa de Deus e Mélo - Diretora do Departamento de Gestão da Educação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde Discussão em Grupos: <i>Grupo 01: Formação em Saúde e cenários de prática</i> Experiências e desafios na conformação de cenários de prática para a formação em saúde <i>Grupo 02: Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde</i> Modos de gestão do trabalho e impactos na formação de trabalhadoras/es do SUS
16h30 – 18h30 Jardim de Inverno	Confraternização e Comemoração do Aniversário 78 anos da Escola de Saúde do Estado de Minas Gerais

¹ Por questões operacionais, foi necessária a realização de uma mudança na ordem de apresentação das exposições do primeiro dia, com o adiantamento da palestra da convidada Livia Milena Barbosa de Deus e Mélo.

Dia 26/06 – quarta-feira

8h30 – 9h Auditório	Prática de automassagem
9h – 10h20 Auditório	Sentidos e significados de educação pelo e no trabalho: experiências de instituições formadoras Mediação: Giselle Bianca Tófoli – Coordenadora de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde da ESP/MG <i>Sentidos da Educação Permanente em Saúde em experiências de formação da ESP/MG</i> Amanda Nathale Soares – Coordenadora de Educação e Trabalho em Saúde da ESP/MG <i>Projeto de educação popular em saúde Fabiano Ribeiro dos Santos – Diretor do Instituto Capixaba de Ensino e Pesquisa e Inovação em Saúde</i> <i>Integração entre Ensino, Serviço e Comunidade</i> Patrícia Araújo Soares – Diretora da Divisão de Educação da Escola Municipal de Saúde de São Paulo
10h20 – 10h45	Intervalo
10h45 – 12h auditório	<i>Curso de Especialização em Saúde Pública – Modalidade EaD</i> Gideon Borges dos Santos - Coordenador Geral do Lato Sensu e Qualificação Profissional da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz <i>Política Municipal de Educação Permanente e a descentralização nos Núcleos de Educação Permanente em Saúde Distritais (NEPS)</i> Priscila de Paula Marques – Coordenadora Técnico Pedagógica do Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital de Campinas <i>Estação de Pesquisa de Sinais do Mercado de Trabalho e a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (RORHES)</i> Raphael Augusto Teixeira de Aguiar – Coordenador Acadêmico do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais
12h – 13h30	Intervalo para almoço
13h30 – 15h Salas de aula	Reunião das Instituições da RedEscola da Região Sudeste Estratégias de cooperação em rede e proposições

ANEXO 2 – REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Cerimônia de abertura



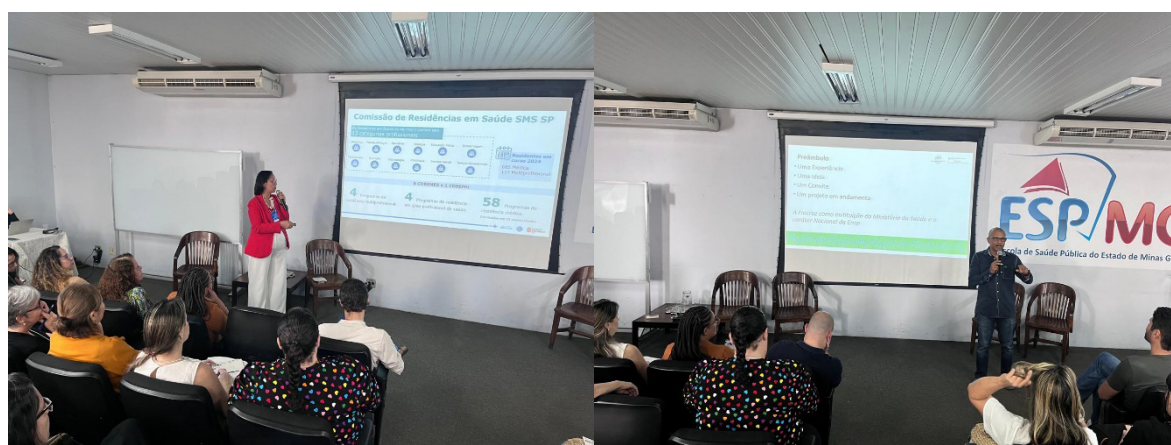
Palestras e experiências dos eixos temáticos



Grupos de Trabalho



Mesa de experiências de formação





Espaço cultural e confraternização



REDESCOLA

OFICINA REGIONAL
SUDESTE

Realização:

REDESCOLA
REDE BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Apoio:



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIVERgente,
ESTADO
EFICIENTE.